



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Avaliação do impacto da Nova Diretiva da Contabilidade no processo de consolidação de contas

Trabalho Final na modalidade de Relatório de Estágio
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão

por

Carolina Góis da Silva

sob orientação de
Professora Doutora Maria José Fonseca

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
Março, 2016

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria José Fonseca, por todo o seu apoio e dedicação na elaboração da dissertação e disponibilidade sempre demonstrada.

À Dr.^a Paula, pela oportunidade de estágio e pela sua cooperação.

Ao Dr. Eduardo, por todos os seus ensinamentos transmitidos ao longo do estágio, apoio, disponibilidade e, principalmente, a sua amizade.

Ao Dr. Vasco, por me ter dado a possibilidade de ter integrado a sua equipa de projeto e, pela sua colaboração e compreensão.

A todas as outras pessoas do departamento financeiro pelo acolhimento e atenção.

Por fim, à minha família e amigos que sempre me incentivaram e motivaram a alcançar os meus objetivos.

Muito obrigada!

Resumo

A Diretiva 2013/34/UE apresenta um conjunto de opções que deixam aos Estados-Membros uma significativa margem de discricionariedade no processo de transposição para a legislação nacional. Deste modo, o presente estudo visa analisar o impacto da flexibilidade desta Diretiva, no processo de consolidação de contas de grupos com filiais localizadas em diversos países da União Europeia. Para tal, a metodologia utilizada é um estudo de caso sobre um grupo de sociedades que, por confidencialidade, será designado por Grupo X.

Inicialmente é apresentada uma revisão de literatura sobre o processo de harmonização contabilística na União Europeia, destacando-se a 4ª Diretiva, a 7ª Diretiva e o Regulamento (CE) 1606/2002. Numa segunda fase, é realizada uma análise à flexibilidade da Diretiva 2013/34/UE, bem como, uma comparação com as normas internacionais do IASB. A última parte da dissertação é o estudo de caso, onde serão analisadas as principais disposições da Diretiva que irão afetar o processo de consolidação do Grupo X, no que respeita ao alinhamento de políticas contabilísticas e de critérios de mensuração, entre empresas do grupo.

O estudo evidencia que a Diretiva implicará um esforço adicional para garantir a uniformização de políticas e critérios entre empresas do grupo. Paralelamente, há evidências de que a comparabilidade das demonstrações financeiras na União Europeia não está assegurada. Deste modo, os objetivos da Diretiva, no sentido de simplificar procedimentos e melhorar a comparabilidade da informação financeira não foram alcançados.

Palavras-chave: Diretiva 2013/34/UE | harmonização contabilística | consolidação de contas

Abstract

The Directive 2013/34/EU has a set of options which allow Member States a significant margin of discretion in the transposition into national law. In this way, this study aims to analyze the impact of the flexibility of this Directive upon the consolidation of the accounts of a groups with affiliated societies located in different countries of the European Union. For this purpose, the methodology used is a case study of a group of companies that, for confidentiality, will be designated by *Grupo X*.

Initially a literature review of the accounting harmonization process in the European Union is presented, highlighting the 4th Directive, the 7th Directive, and Regulation (EC) 1606/2002. In a second phase, an analysis of the flexibility of Directive 2013/34/EU is held, as well as a comparison with international standards of the IASB. The last part of the thesis is the case study analyzing the main provisions of the Directive that will affect the consolidation process in respect of the alignment of accounting policies and measurement criteria, among the group companies.

The study shows that the Directive will require an extra effort to ensure the standardization of policies and criteria amongst the group companies. At the same time, there is evidence that the comparability of the financial statements in the EU is not assured. This way, the Directive's objectives to simplify procedures and improve comparability of financial information were not achieved.

Keywords: Directive 2013/34/EU | accounting harmonization | consolidated accounts.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice	vii
Índice de Tabelas	ix
Lista de Abreviaturas	xi

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

O processo de harmonização contabilística na União Europeia.....	5
---	----------

1. Introdução.....	5
1.1 Diretiva 78/660/CEE (4ª Diretiva)	7
1.2 Diretiva 83/334/CEE (7ª Diretiva)	7
1.3 Regulamento (CE) 1606/2002	8
1.4 Diretiva 2013/34/UE.....	11

Capítulo 2

Opções concedidas aos Estados-Membros pela Diretiva 2013/34/UE.....	15
--	-----------

1. Âmbito de aplicação, definições e categorias de empresas e de grupos.....	15
2. Disposições e princípios gerais	19
2.1. Disposições gerais	19
2.2. Princípios gerais de relato financeiro.....	22
2.3. Base de mensuração alternativa dos elementos do ativo fixo pelas quantias revalorizadas	27
2.4. Base de mensuração alternativa pelo justo valor	30
3. Balanço e demonstração dos resultados	36
3.1. Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço.....	36
4. DF e relatórios consolidados	44
4.1. Obrigação de elaborar DF consolidadas.....	44
4.2. Dispensa da consolidação.....	46
4.3. Elaboração das DF consolidadas	50
4.4. Concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo	52
4.5. Consolidação proporcional	53
4.6. Método de equivalência patrimonial aplicado às associadas.....	54

Capítulo 3

Avaliação do impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas..... 57

1. Objetivo e Metodologia 57

2. Caracterização do Grupo X 59

3. Impacto da Diretiva 2013/34/UE no alinhamento de políticas entre empresas do Grupo 61

Capítulo 4

Conclusões, limitações do estudo e sugestões para investigação futura 75

Bibliografia..... 79

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Estrutura e conteúdo da Diretiva 2013/34/UE	13
Tabela 2 – Classificação das empresas e dos grupos segundo a Diretiva 2013/34/UE	15
Tabela 3 – Categorias de empresas e de grupos: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE.....	16
Tabela 4 – Definições: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE.....	18
Tabela 5 – Obrigatoriedade das DF segundo a Diretiva 2013/34/UE e as IAS/IFRS.....	20
Tabela 6 – Disposições gerais e simplificações para PME: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	21
Tabela 7 – Princípios gerais de relato financeiro: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE.....	26
Tabela 8 – Base de mensuração alternativa do ativo fixo pelas quantias revalorizadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE ..	29
Tabela 9 – Base de mensuração alternativa pelo justo valor: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	32
Tabela 10 – Mensuração subsequente de IF, exceto contabilidade de cobertura, segundo a IAS 39	34
Tabela 11- Amortização de intangíveis e <i>goodwill</i> segundo a Diretiva 2013/34/UE e as IAS/IFRS.	40
Tabela 12 – Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	43
Tabela 13 – Obrigação de elaborar DF consolidadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	46

Tabela 14 – Dispensa da consolidação: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	49
Tabela 15 – Elaboração das DF consolidadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE.....	52
Tabela 16 – Concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	53
Tabela 17 – Consolidação proporcional: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	54
Tabela 18 – MEP aplicado às empresas associadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE	56
Tabela 19 - Impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas do Grupo X	70

Lista de Abreviaturas

AFS	–	Ativos financeiros disponíveis para venda
CE	–	Comissão Europeia
CEE	–	Comunidade Económica Europeia
CP	–	Capital Próprio
DACP	–	Demonstração das Alterações no Capital Próprio
DF	–	Demonstrações Financeiras
DFC	–	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DR	–	Demonstração dos Resultados
EC	–	Estrutura Concetual
EFAA	–	<i>European Federation of Accounts and Auditors for SMES</i>
EM	–	Estado-Membro
FIFO	–	<i>First in, First out</i>
FVTPL	–	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados
HTM	–	Investimentos detidos até à maturidade
IAS	–	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	–	<i>International Accounting Standards Board</i>
ICP	–	Instrumentos de Capital Próprio
IF	–	Instrumento financeiro
IFRS	–	<i>International Financial Reporting Standards</i>
JV	–	Justo valor
LIFO	–	<i>Last in, First out</i>
L&R	–	Empréstimos concedidos e contas a receber
MEP	–	Método de Equivalência Patrimonial
PME	–	Pequenas e Médias Empresas
SEC	–	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SNC	–	Sistema de Normalização Contabilística
UE	–	União Europeia

Introdução

Este Trabalho Final de Mestrado foi desenvolvido no âmbito do Relatório de Estágio do Mestrado em Gestão da Universidade Católica Portuguesa, realizado entre 3 de agosto de 2015 e 26 de fevereiro de 2016. Por motivos de confidencialidade não será revelado o nome da empresa alvo do estudo, sendo referenciada, ao longo do trabalho, como a Empresa X.

O Relatório resulta da sugestão que me foi feita para identificar os procedimentos de consolidação de contas (ajustamentos e reclassificações) que mais poderão ser influenciados pela Diretiva 2013/34/UE (Nova Diretiva da Contabilidade), no que respeita ao alinhamento de políticas contabilísticas e de critérios de mensuração entre as empresas do Grupo.

Os principais instrumentos legislativos utilizados pela União Europeia (UE) para alcançar a harmonização contabilística foram a 4ª Diretiva, que incidiu sobre as contas individuais, a 7ª Diretiva, que trata de contas consolidadas, e o Regulamento (CE) 1606/2002, que exige às sociedades, com títulos negociados publicamente, a aplicação de normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS).

Não obstante os progressos alcançados desde a 4ª Diretiva, designadamente em termos de coordenação dos normativos contabilísticos nacionais dos diferentes Estados-Membros (EM), a Comissão Europeia (2005) considerou que, em particular para as pequenas empresas, subsistia uma elevada sobrecarga administrativa e um excesso de burocracia que prejudicavam o seu desempenho e competitividade.

Assim, no âmbito do programa “Legislar Melhor” da Comissão, mais precisamente no seguimento da Comunicação “Regulamentação Inteligente na União Europeia”, surgiu a Diretiva 2013/34/UE, que tem como principal foco as Pequenas e Médias Empresas (PME) e assenta no princípio “pensar primeiro em pequena escala” (Diretiva 2013/34/UE, (1)). Em síntese, a Diretiva visa reduzir os encargos administrativos na elaboração das Demonstrações Financeiras (DF) e, simultaneamente, melhorar a comparabilidade da informação para, assim, facilitar os investimentos transfronteiriços e promover a internacionalização das empresas.

Porém, a Diretiva 2013/34/UE concede aos EM uma série de opções que permitem uma elevada flexibilidade no processo de transposição para a legislação interna. Adicionalmente, existem outras disposições na Diretiva que divergem das normas internacionais do *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Neste contexto, o presente Relatório tem como objetivo avaliar o esforço adicional que a Diretiva 2013/34/UE poderá causar, no processo de consolidação de contas de grupos com filiais em vários países da UE. Para o efeito é realizado um estudo de caso sobre o Grupo X cujas DF consolidadas, preparadas em IAS/IFRS, são obtidas a partir de DF de subsidiárias que operam em vários EM e que preparam as suas contas individuais segundo normativos locais.

O estudo está dividido em três partes. A primeira parte incide sobre a revisão de literatura. Inclui uma síntese do processo de harmonização na UE, abordando as principais iniciativas legislativas que antecederam a Diretiva 2013/34/UE. Na segunda parte, são analisadas as disposições da Diretiva que, pelo leque de opções concedidas aos EM, poderão originar divergências entre normativos

locais, na sequência da transposição para o direito interno de cada EM. Adicionalmente, é feita uma análise comparativa com as IAS/IFRS relevantes. Por fim, o último capítulo é dedicado ao estudo de caso, onde serão identificadas as áreas onde poderá ser requerido um esforço adicional para garantir o alinhamento das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, entre as empresas incluídas na consolidação.

Os resultados evidenciam que para um grupo que apresenta contas consolidadas em IAS/IFRS e integra filiais com contas individuais em normativos locais de vários EM, a Diretiva representa um esforço adicional, em termos de ajustamentos e reclassificações, para garantir a uniformização de políticas entre as empresas do Grupo. Paralelamente, há evidências de que, não obstante a Diretiva pretender coordenar as legislações dos diversos EM, a comparabilidade das DF no seio da EU não está assegurada, face ao leque de opções concedidas aos EM. Assim, nessa medida, os objetivos da Diretiva no sentido de simplificar procedimentos e melhorar a comparabilidade da informação financeira não foram alcançados.

Capítulo 1

O processo de harmonização contabilística na União Europeia

1. Introdução

A globalização¹ desencadeou a expansão das empresas e o aumento do volume das transações internacionais. Consequentemente, assistiu-se a um aumento da competitividade e da complexidade dos negócios (Carvalho, 2015). Neste contexto, para a tomada de decisões económicas, os *stakeholders* necessitam de informação comparável, transparente, compreensível, fiável e consistente (Amaral, 2001). Para responder a estas necessidades, vários organismos (IASB, 2002; CE, 2005; SEC, 2007) reconheceram a necessidade de harmonização contabilística a nível internacional.

Segundo Nobes e Parker (2008), a harmonização é um processo cujo objetivo é aumentar a compatibilidade das práticas contabilísticas, mediante a definição de limites ao seu grau de variação. Assim, a harmonização visa criar um padrão de equivalência e comparabilidade, de modo a obter concordância e consenso quanto às DF, entre os diferentes países (Pires *et al.*, 2007). A harmonização contabilística, para além de melhorar a transparência da informação e permitir aos agentes económicos tomarem melhores decisões (Pocrnjc e Pervan, 2013), diminui os custos de comparação e o esforço para a preparação das contas consolidadas (Almeida, 2010).

¹ O conceito de globalização pode ser definido como o “processo pelo qual os mercados e a produção de diferentes continentes se tornam crescentemente interdependentes” (Amaral, 2001, p. 34).

No caso particular da UE, o processo de harmonização contabilística começou com a adoção da 4ª Diretiva², em 1978, seguindo-se a 7ª Diretiva³, em 1983. Como refere Haller (2002), o conceito de Diretiva tinha sido estabelecido, em 1957, no artigo 54º do Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia (CEE)⁴. Uma Diretiva contabilística é definida como um *“ato legislativo que fixa um objetivo geral que todos os países da UE devem alcançar”*⁵. De salientar que as Diretivas comunitárias não são de aplicação direta. Cabe a cada EM definir a forma e os meios a utilizar para alcançar aquele objetivo. Ou seja, as Diretivas são direcionadas aos EM, sendo estes os responsáveis pela sua transposição para a legislação nacional, dentro do prazo definido pela Comissão Europeia (Reis, 2009). Já o Regulamento, uma outra fonte de direito comunitário, é *“um ato legislativo vinculativo, aplicável em todos os seus elementos em todos os países da UE”*⁶. Ao contrário da Diretiva, uma vez publicado no Jornal Oficial das Comunidades e decorrida a *“vacatio legis”*, o Regulamento entra em vigor em toda a UE, ficando automaticamente incorporado no ordenamento jurídico interno dos EM.

Nos pontos seguintes analisam-se sumariamente as principais iniciativas legislativas no seio da UE (4ª Diretiva, 7ª Diretiva e Regulamento (CE) 1606/2002), que antecederam a Diretiva 2013/34/UE e, que tiveram o propósito de aumentar a qualidade das normas contabilísticas, melhorar a comparabilidade da informação financeira e permitir o reconhecimento mútuo das contas para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários em toda a UE (Comissão Europeia, 1995).

² Diretiva 78/660/CEE, de 25 de Julho de 1978, JO L 222, pp. 11-31, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades.

³ Diretiva 83/349/CEE, de 13 de Junho de 1983, JO L 193/1, pp. 119-135, relativa às contas consolidadas.

⁴ Constituída por seis países: França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e República Federal Alemã (atual Alemanha).

⁵ http://europa.eu/eu-law/decision-making/legal-acts/index_pt.htm - Acesso em 31 de outubro de 2015.

⁶ http://europa.eu/eu-law/decision-making/legal-acts/index_pt.htm - Acesso em 17 de novembro de 2015.

1.1 Diretiva 78/660/CEE (4ª Diretiva)

A 4ª Diretiva incide sobre a estrutura e apresentação das contas anuais, bem como o conteúdo do relatório de gestão e a publicidade dos documentos de prestação de contas. O objetivo era o de estabelecer na CEE, um conjunto de regras jurídicas mínimas sobre a divulgação da informação financeira, para que as contas anuais transmitissem *“uma imagem fiel do património, da situação financeira, assim como dos resultados da sociedade”* (4ª Diretiva, § 4).

Neste sentido, a 4ª Diretiva estabelece esquemas para a elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados (DR) e fixa o conteúdo mínimo do Anexo e do Relatório de Gestão. O objetivo era *“lançar as bases para uma aproximação”* entre os EM (Reis, 2009, p. 16).

Contudo, a sua flexibilidade permitiu que, na transposição para as legislações internas dos EM, não fossem eliminadas as particularidades de cada sistema contabilístico nacional (Carvalho, 2015; Tavares, 2015), não ficando assegurada, por isso, a comparabilidade das DF, ao nível da UE.

1.2 Diretiva 83/334/CEE (7ª Diretiva)

Tal como referido no ponto anterior, a 4ª Diretiva diz respeito às contas individuais. Mas a existência de um importante número de empresas reunidas em grupos de sociedades, levou a que fosse necessário elaborar contas consolidadas (para além das contas individuais), de modo a que tanto os sócios como terceiros tivessem acesso à informação financeira do grupo. Assim, com o intuito de coordenar as legislações nacionais sobre contas consolidadas, foi emitida a 7ª Diretiva, em 13 de junho de 1983.

A 7ª Diretiva visa, então, a harmonização das contas consolidadas, obrigando a “empresa-mãe” a elaborar DF consolidadas, caso possua controlo sobre as suas “filiais”, como se fossem “uma única entidade” (Reis, 2009, p. 16; 7ª Diretiva, Art. 26.º). Para o efeito, é exigida a apresentação do Balanço consolidado, da DR consolidada e do Anexo (7ª Diretiva, Art. 16.º, n.º1), sendo que o Anexo tem de incluir notas importantes sobre as empresas que integram o perímetro de consolidação, designadamente a denominação e sede dessas empresas e respetiva participação de capital (7ª Diretiva, Art. 34.º).

Tal como na 4ª Diretiva, a informação financeira deve transmitir uma imagem fiel do património, da situação financeira, e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (7ª Diretiva, Art. 16.º, n.º 3). Contudo, apesar dos esforços para aproximar as legislações nacionais sobre contas consolidadas, a transposição da 7ª Diretiva para o direito interno dos EM não foi um processo fácil, designadamente em virtude das sucessivas alterações que sofreu. Por outro lado, tal como refere a Comissão Europeia (1995, p. 3), não existia “... consenso entre os Estados-membros sobre a utilidade deste acto legislativo enquanto instrumento de harmonização no domínio contabilístico: certos Estados-membros prefeririam uma harmonização internacional mais vasta ...”.

Neste contexto, a Comissão propôs ao Conselho e ao Parlamento Europeu uma nova estratégia que consistia em reforçar a convergência contabilística internacional. Este processo culminou com a emissão do Regulamento (CE) 1606/2002, descrito no ponto seguinte.

1.3 Regulamento (CE) 1606/2002

Muito embora a 4ª e a 7ª Diretivas tenham contribuído para aumentar a qualidade da informação financeira e a comparabilidade das contas, segundo a

Comissão Europeia (1995), elas não faziam face a todos os problemas existentes na época. Algumas matérias contabilísticas não estavam tratadas nas Diretivas, para além de que as inúmeras opções e as diferentes formas de interpretação, deixavam uma significativa margem de discricionariedade aos EM para seleccionar as soluções que entendiam mais convenientes. Por outro lado, a falta de rigor face a *“normas mais rigorosas exigidas noutros países do mundo, nomeadamente nos Estados Unidos, pela Securities and Exchange Commission”* (Comissão Europeia, 1995, p. 2), levou a que algumas empresas de maior dimensão, que procuravam capital nos mercados estrangeiros, adotassem um segundo plano de contas para esse efeito.

De facto, as contas elaboradas de acordo com a legislação nacional baseada naquelas Diretivas, não se adequavam às exigências dos mercados de capitais, vendo-se as empresas *“...obrigadas a elaborar dois conjuntos de contas, um em conformidade com as Directivas Contabilísticas e outro adaptado às exigências dos mercados internacionais de capitais. Esta situação não é satisfatória. Além de se tratar de um processo oneroso, o fornecimento de dados diferentes em diferentes contextos é uma fonte de confusões para os investidores e para o público em geral. (...) Estas empresas, bem como os Estados-membros esperam pois da União Europeia uma solução que possa ser posta em prática rapidamente”* (Comissão Europeia, 1995, p. 5).

Neste sentido, a UE emitiu o Regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho⁷, exigindo que as sociedades cujos títulos são publicamente negociados preparem as suas contas consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade⁸, nos exercícios

⁷ Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L 243, pp. 1-4, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

⁸ Por «normas internacionais de contabilidade» entende-se “as *International Accounting Standards* – IAS (normas internacionais de contabilidade – NIC), as *International Financial Reporting Standards*, IFRS (normas internacionais de informação financeira – NIIF) e interpretações conexas (interpretações do SIC – IFRIC), as alterações

com início em, ou após, 1 de janeiro de 2005. Este Regulamento veio, assim, reforçar a harmonização contabilística internacional, uma vez que, deste processo, resultou o alinhamento das Diretivas comunitárias com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Por outro lado, permitiu, também, aumentar a transparência e a comparabilidade das DF e, consequentemente, a eficiência dos mercados⁹.

Paralelamente, a UE¹⁰ reconheceu a necessidade de tomar medidas específicas para reduzir a burocracia e a sobrecarga administrativa para as empresas de dimensão mais reduzida. Assim, no âmbito do programa “Legislar Melhor”¹¹ da Comissão, mais precisamente no seguimento da Comunicação “Regulamentação Inteligente na União Europeia”¹², surgiu a Diretiva 2013/34/UE, apresentada no ponto seguinte e que, segundo o seu preâmbulo, visa “...assegurar uma regulamentação da mais elevada qualidade, respeitando simultaneamente os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e assegurando que os encargos administrativos sejam proporcionais aos benefícios que permitem obter...” (Diretiva 2013/34/UE, (1)).

subsequentes e essas normas e interpretações conexas e as futuras normas e interpretações conexas emitidas ou adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)” (Regulamento (CE) 1606/2002, Art. 2.º, p. 3).

⁹ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:l26040&from=PT> – Acesso em 17 de novembro de 2015.

¹⁰ Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Aplicar o programa comunitário de Lisboa – Modernizar a política das PME para o crescimento e o emprego (2005).

¹¹ Programa “Legislar Melhor” visa reforçar a transparência e o controlo a nível europeu através de um conjunto de reformas. O intuito é de reestabelecer a confiança dos cidadãos e empresas europeias, sobretudo as PME, na capacidade da UE desenvolver uma legislação de alta qualidade (Comissão Europeia, 2015).

¹² Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Regulamentação inteligente na União Europeia (2010).

1.4 Diretiva 2013/34/UE

Tendo por base a Comunicação da Comissão, *“Think Small First – Small Business Act”*¹³, foi publicada, em junho de 2013, a Diretiva 2013/34/UE¹⁴ relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

Esta Diretiva, também chamada Nova Diretiva da Contabilidade, revoga a 4^a e a 7^a Diretivas e altera a Diretiva 2006/43/CE¹⁵, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016. Em síntese, tem como objetivos (Correia, 2013):

- Diminuir os encargos administrativos e simplificar os procedimentos, em especial para as PME;
- Melhorar a comparabilidade das DF;
- Garantir a informação contabilística necessária aos seus utilizadores;
- Simplificar os processos contabilísticos.

Esta Diretiva, para além de limitar as exigências de informação, principalmente para as pequenas empresas, pretende, também, assegurar que os requisitos que lhes são aplicáveis sejam em “larga medida” harmonizados em toda a UE.

Porém, como salienta Correia (2013, p. 47-48), a “expressão *“em larga medida”* é uma forma de exprimir que a harmonização contabilística não é conseguida”. De facto, verifica-se que:

¹³ Iniciativa desenvolvida pelo Conselho Europeu, em março de 2008, que “que visa reforçar o crescimento, a competitividade sustentáveis das Pequenas e Médias Empresas” e ancorar o princípio “pensar primeiro em pequena escala” (Comissão Europeia, 2008).

¹⁴ Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L 182, pp. 19-76, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

¹⁵ Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L 157, pp. 87-107, relativo à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

- Por um lado, os EM ficam com a opção de permitir ou exigir, a todas as empresas ou a certas categorias de empresas, a aplicação de várias disposições da norma.
- Por outro lado, há um distanciamento, quer do conteúdo, quer do léxico adotado nas IAS/IFRS, sendo que, em algumas matérias, a Diretiva diverge das normas do IASB e não permite que os EM ultrapassem esse conflito.

Assim, contrariamente aos objetivos explicitados no seu preâmbulo, esta Diretiva representa um retrocesso no processo de harmonização contabilística no seio da UE. Acresce ainda que, em algumas matérias, as soluções propostas evidenciam que não estamos perante uma versão mais simplificada das IAS/IFRS, mas sim, perante soluções contabilísticas alternativas.

De assinalar, também, o vasto leque de opções concedidas aos EM (mais de 90, segundo Silva (2014)) que permitirão manter ou agravar as divergências entre normativos locais e, por essa via, onerar o processo de consolidação de contas, para certos grupos económicos com subsidiárias em vários EM.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é o de determinar o esforço que esta Diretiva poderá representar para a Empresa em estudo, cujas DF consolidadas, preparadas em IAS/IFRS, reúnem subsidiárias que operam em vários EM e que preparam as suas DF individuais segundo normativos locais.

Para o efeito, nos pontos seguintes será realizada uma análise das principais disposições da Diretiva e da sua flexibilidade, designadamente através das opções que esta faculta aos EM, bem como uma análise comparativa com as IAS/IFRS relevantes, sempre que adequado.

A Diretiva é composta pelos onze capítulos seguintes:

Capítulos	Artigos
1 Âmbito de aplicação, definições e categorias de empresas	1º a 3º
2 Disposições e princípios gerais	4º a 8º
3 Balanço e demonstração dos resultados	9º a 14º
4 Notas às demonstrações financeiras	15º a 18º
5 Relatório de gestão	19º a 20º
6 Demonstrações financeiras e relatórios consolidados	21º a 29º
7 Publicação	30º a 33º
8 Revisão ou Auditoria	34º a 35º
9 Disposições relativas a isenções e a restrições sobre isenções	36º a 40º
10 Relato de pagamentos efetuados a administrações públicas	41º a 48º
11 Disposições finais	49º a 55º

Tabela 1 – Estrutura e conteúdo da Diretiva 2013/34/UE

A exposição que se segue não tem por objetivo apreciar todos os capítulos da Diretiva. Pretende apenas identificar aquelas disposições que, por força das opções concedidas aos EM e/ou pelo facto de consagrarem soluções contrárias às IAS/IFRS, poderão implicar um esforço adicional, por parte da Empresa X, para uniformizar as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados pelas empresas incluídas na consolidação. Assim, a exposição irá incidir, em especial, sobre as disposições da Diretiva que, no âmbito dos procedimentos de consolidação de contas, poderão implicar uma carga administrativa adicional em termos de “ajustamentos e reclassificações prévias”.

Capítulo 2

Opções concedidas aos Estados-Membros pela Diretiva 2013/34/UE

1. Âmbito de aplicação, definições e categorias de empresas e de grupos

A Diretiva começa por estabelecer, no Capítulo 1, o âmbito de aplicação, as definições utilizadas e as categorias de empresas e de grupos. Tendo em vista adequar as exigências do relato financeiro à dimensão das entidades que relatam, o Art. 3.º estipula quais os limites a considerar para classificar as empresas em micro, pequenas, médias e grandes e os grupos em pequenos, médios e grandes.

Descrição	Empresas			Grupos	
	Micro	Pequenas	Médias	Pequenos	Médios
À data do balanço não excedem 2 dos 3 limites					
Balanço (€)	350 000	4 000 000 (a)	20 000 000	4 000 000 (a)	20 000 000
VN líquido (€)	700 000	8 000 000 (b)	40 000 000	8 000 000 (b)	40 000 000
Nº médio de empregados	10	50	250	50	250

Tabela 2 – Classificação das empresas e dos grupos segundo a Diretiva 2013/34/UE

(a) Pode ser aumentado até 6 000 000 € | (b) Pode ser aumentado até 12 000 000 €

De assinalar que, relativamente à classificação de pequenas empresas e de pequenos grupos, é deixada aos EM a possibilidade de excederem os limiares previstos para o balanço e para o volume de negócios líquido, desde que esses limiares não ultrapassem 6 000 000 € e 12 000 000 €, respetivamente. Assim, muito embora esteja vedado aos EM reduzir os limites daquelas duas categorias, podem aumentá-los até ao máximo permitido, o que permite a coexistência de

limiares diversos em diferentes EM. Acresce, ainda, que o n.º 12 do Art. 3.º permite que, ao calcular tais limiares, os EM possam exigir:

- 1) A inclusão de rendimentos provenientes de outras fontes, no caso de empresas para as quais o volume de negócios líquido não seja relevante.
- 2) Que as empresas-mãe calculem os seus limiares em base consolidada e não em base individual.
- 3) Que as empresas coligadas calculem os seus limiares em base consolidada ou agregada “...se essas empresas tiverem sido estabelecidas com o único propósito de evitar a divulgação de determinadas informações.”

Como assinala a EFAA ¹⁶ (2014, p.20), esta última disposição será particularmente difícil de fazer cumprir, pois avaliar se uma subsidiária foi criada com o “único propósito de evitar a divulgação de determinadas informações” é um julgamento que só os diretamente envolvidos podem fazer.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 3.º - Categorias de empresas e de grupos	
Pequenas empresas (2.)	Exceder os limiares previstos para o balanço e para o VN líquido.
Pequenos grupos (5.)	Exceder os limiares previstos para o balanço e para o VN líquido.
Cálculo dos limiares (12.)	Exigir a inclusão de rendimentos provenientes de outras fontes, em certos casos; Exigir que as empresas-mãe calculem os seus limiares em base consolidada e não em base individual; Exigir que as empresas coligadas calculem os seus limiares em base consolidada ou agregada, em certos casos.

Tabela 3 – Categorias de empresas e de grupos: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

¹⁶ European Federation of Accountants and Auditors for SMES.

Já no que respeita às definições (Art. 2.º), é de salientar, por um lado, o distanciamento do léxico utilizado pelas IAS/IFRS e, por outro, a flexibilidade introduzida, por exemplo, nos conceitos de “participação” e de “custo de produção”.

Na definição de “participação” presume-se que a detenção de uma parte do capital de outra empresa *“é uma participação quando excede um limiar percentual fixado pelos Estados-Membros, igual ou inferior a 20%”* (Art. 2.º, n.º2). Assim, não é vedada aos EM a possibilidade de fixarem limiares variados, o que tende a prejudicar a comparabilidade da informação e não contribui decerto para a harmonização entre EM.

Na definição de “custos de produção” estabelece-se que os EM podem autorizar ou exigir a inclusão, em tais custos, de *“...uma parte razoável dos custos fixos...”* (Art. 2.º, n.º 7). Desta forma, não está assegurada que a imputação seja *“...baseada na capacidade normal das instalações de produção...”*, tal como definido pela IAS 2¹⁷ (§ 13). Mais uma vez, é concedida aos EM a possibilidade de permitir ou exigir soluções variadas, comprometendo, portanto, a comparabilidade da informação e abrindo espaço para soluções não conformes com as IAS/IFRS.

De referir, também, a faculdade permitida aos EM para - atendendo, por exemplo, ao tipo de atividade, à dimensão ou ao número de trabalhadores - designar outras “entidades de interesse público” (Art. 2.º, n.º 1-d), para além das definidas nas alíneas anteriores do mesmo artigo (i.e., entidades com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, instituições de crédito e empresas de seguros). Assim, é possível que os EM decidam designar como sendo de “interesse público”, entidades de diferentes tipos e dimensões, o

¹⁷ Norma Internacional de Contabilidade 2 - Inventários, JO L 320, pp. 40-47.

que pode levar a que empresas similares sejam tratadas de forma distinta em diferentes EM.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 2.º - Definições	
Entidades de interesse público (1.d)	Designar como sendo de “interesse público”, entidades de diferentes tipos e dimensões.
Participação (2.)	Fixar limiar (igual ou superior a 20%) para presunção de que a detenção de uma parte do capital de outra empresa é uma participação.
Custo de produção (7.)	Autorizar ou exigir a inclusão, nos custos de produção, de “...uma parte razoável dos custos fixos...”.

Tabela 4 – Definições: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

2. Disposições e princípios gerais

2.1. Disposições gerais

De acordo com o Art. 4.º, as empresas têm de apresentar no mínimo, o Balanço (modelo vertical ou horizontal), a DR (por natureza de gastos ou por funções) e as notas às DF.

Cabe a cada EM exigir, ou não, às empresas que não sejam pequenas alguma DF adicional (Art. 4.º, n.º 5), sendo que o ponto n.º 6 do Art. 4.º estabelece que um EM apenas pode exigir informações financeiras às pequenas empresas, *“... desde que essas informações sejam coligidas no quadro de um sistema de apresentação único e que o requisito de divulgação figure na legislação nacional estritamente para fins de cobrança de impostos”*. Em síntese, a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP) – DF que não constam da Diretiva – é opcional, ao contrário do que sucede nas IAS/IFRS.

Segundo a IAS 1¹⁸, o objetivo das DF é transmitir informação sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa (IAS 1, § 9), exigindo-se que uma entidade apresente o Balanço (demonstração da posição financeira), a DR, a DFC, a DACP e as Notas (IAS 1, § 10). O quadro seguinte apresenta uma síntese comparativa entre a nova Diretiva e as IAS/IFRS, quanto à obrigatoriedade destas DF.

¹⁸ Norma Internacional de Contabilidade 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, JO L 320, pp. 8-39.

Descrição	IAS/IFRS	Diretiva 2013/34/UE
Balanço	Obrigatório	Obrigatório
DR	Obrigatório	Obrigatório
DFC	Obrigatório	Opcional Não consta na Diretiva
DACP	Obrigatório	Opcional Não consta na Diretiva
Notas	Obrigatório	Obrigatório (*)

Tabela 5 – Obrigatoriedade das DF segundo a Diretiva 2013/34/UE e as IAS/IFRS
 (*) Os EM podem dispensar as microempresas da elaboração de notas, desde que determinadas informações sejam divulgadas no final do Balanço (Art. 36.º, n.º 1-b)).

A nova Diretiva inclui várias alternativas no que respeita à apresentação das DF. Através dos artigos 11.º e 13.º, os EM têm margem para adotarem uma estrutura de apresentação diferenciada do Balanço, ou da DR, sendo que “... os EM podem autorizar ou exigir que todas as empresas ou categorias de empresas apresentem uma demonstração do seu desempenho, em vez de apresentarem as rubricas de resultados nos termos dos Anexos V e VI, desde que as informações prestadas sejam pelo menos equivalentes ...” (Art. 13.º, n.º 2).

Tal como já referido, as DF devem dar uma imagem verdadeira e apropriada dos elementos do ativo e do passivo, da posição financeira e dos resultados da empresa (Art. 4.º, n.º 3). Porém, a Diretiva considera que a aplicação das suas disposições pode ser insuficiente ou incompatível com este objetivo, i.e., pode levar a DF que não transmitam uma imagem verdadeira e apropriada. Em tais circunstâncias, as empresas não deverão aplicar essas disposições, e os EM “... podem definir os casos excecionais em causa e estabelecer o regime aplicável nesses casos” (Art. 4.º, n.º 4). A este propósito, a EFAA (2014, p. 21) argumenta que não devem ser os EM a definir, à partida, quais são as situações excecionais pois, em seu entender, esta é uma questão de prática contabilística e não de legislação.

Por último, de assinalar a inscrição no ativo das rubricas “capital subscrito não realizado” e “ações ou quotas próprias”, contrariamente ao dispostos nas IAS/IFRS.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 4.º - Disposições gerais	
DF (1.)	Exigir que as empresas que não sejam pequenas apresentem outras DF, para além do Balanço, da DR e das notas.
DF (4.)	Definir casos excecionais em que a aplicação da Diretiva é incompatível com imagem verdadeira e apropriada; Estabelecer regime aplicável nesses casos.
Divulgações adicionais (5.)	Exigir que as empresas que não sejam pequenas divulguem informações adicionais.
Art. 9.º - Disposições gerais relativas ao balanço e à DR Art. 10.º- Apresentação do balanço Art. 11.º- Apresentação alternativa do balanço Art. 13.º- Apresentação da DR	
Estrutura do balanço e da DR (Art. 9.º; Art. 10.º; Art. 11.º; Art. 13.º)	Autorizar ou exigir a alteração das estruturas previstas na Diretiva para o balanço e para a DR, dentro de certos limites.
Comparativos (Art. 9.º, n.º 5.)	Exigir que o comparativo seja ajustado, caso os valores do período anterior não sejam comparáveis.
Participações (Art. 9.º, n.º 7)	Autorizar ou exigir a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) nas DF anuais.
Art. 14.º - Simplificações para as PME	
Balanço (1.)	Autorizar as pequenas empresas a elaborar balanços sintéticos, dentro de certos limites.
Demonstração dos resultados (2.)	Autorizar as PME a elaborar DR sintéticas, dentro de certos limites.

Tabela 6 – Disposições gerais e simplificações para PME: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

2.2. Princípios gerais de relato financeiro

À luz do Art. 6.º, n.º 1, a Diretiva assenta nos seguintes princípios gerais de relato financeiro:

- **Continuidade.** Presunção de que a empresa opera de forma contínua, com duração ilimitada. Este princípio está presente na Estrutura Concetual (EC) do IASB¹⁹, como pressuposto subjacente à preparação das DF.
- **Consistência.** Aplicação consistente, de políticas contabilísticas e bases de mensuração, de um período para o outro. A EC do IASB não explicita este princípio, muito embora ele esteja subjacente à comparabilidade que é uma das características qualitativas das DF²⁰.
- **Prudência.** Na EC do IASB a prudência aparece como uma característica qualitativa. Na nova Diretiva, a prudência surge como um princípio geral de relato financeiro, sendo explicitadas algumas particularidades, de acordo com a alínea c) do referido Art.6º, n.º 1:
 - Só podem ser reconhecidos os lucros realizados à data do balanço;
 - Os ajustamentos negativos são reconhecidos, independentemente, de a entidade apresentar lucro ou prejuízo;
 - Todas as responsabilidades ocorridas, durante o período em causa ou anterior são reconhecidas, mesmo que se tornem patentes entre data do balanço e a data em que este é elaborado.

¹⁹ Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias – Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas (2003), pp. 23-27.

²⁰ “As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes.” (Comissão das Comunidades Europeias, 2003, § 24, p. 24).

Ainda segundo o n.º 5 do Art. 6.º, os EM podem “...autorizar ou exigir o reconhecimento de todas as responsabilidades previsíveis e perdas potenciais ocorridas durante o período em causa ou durante um período anterior...”. De salientar que, não estando definido na Diretiva o que se entende por “todas as responsabilidades previsíveis”, esta disposição poderá dar aso ao registo de gastos planeados e ainda não incorridos (o que seria contrário às IAS/IFRS), como sublinha a EFAA (2014, p. 29).

- **Acréscimo.** Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e, não, quando caixa ou equivalentes de caixa sejam pagos ou recebidos. Este princípio está também presente na EC do IASB, como pressuposto subjacente à preparação das DF.
- **Correspondência entre saldos.** O balanço de abertura de um período é igual ao balanço de encerramento do período anterior. Trata-se de um princípio que não consta EC do IASB e que diverge da IAS 8²¹, já que esta norma determina a reexpressão de comparativos, quando é necessário proceder a correções de períodos anteriores (resultantes de erros na seleção da política contabilística utilizada, erros de cálculo, descuidos, fraude ou interpretações desajustadas), ou quando ocorrem alterações de políticas contabilísticas (exceto se resultantes da introdução de novas normas, ou de alteração às normas existentes, onde se estabeleça um regime transitório específico indicando outro procedimento).
O propósito da IAS 8 (§ 1) é “... melhorar a relevância e a fiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade e a comparabilidade ...”. Já a nova Diretiva parece ser contrária à correção de comparativos.

²¹ Norma Internacional de Contabilidade 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, JO L 320, pp. 60-71.

Não obstante, a Diretiva apresenta exceções a este princípio. É o que sucede no Art. 9.º, n.º 5, onde se estabelece que caso o valor do período anterior, de uma rubrica do Balanço ou da DR, não seja comparável com o valor do período presente, os EM têm a possibilidade de exigir que o valor do período anterior seja ajustado, sendo que tais casos deverão ser divulgados, com explicações, em notas de anexo. De realçar que, para microempresas, a exigência de uma nota explicativa parece colidir com outras disposições da Diretiva (Art. 36.º, alínea b)).

Por sua vez, o Art. 24º n.º 9, estipula que, caso haja uma alteração significativa do perímetro de consolidação, no decurso do período, deve ser dada informação que torne significativa a comparação das DF sucessivas, o que poderá ser feito mediante a elaboração de Balanço comparativo corrigido e de uma DR comparativa corrigida.

- **Valorização separada** dos elementos do ativo e passivo. Trata-se de um princípio que não consta da EC do IASB.
- **Não compensação entre saldos.** Trata-se de um princípio que não consta da EC do IASB. Proíbe qualquer compensação entre rubricas do ativo e do passivo, ou entre rendimentos e gastos. Contudo, o ponto n.º 2 do mesmo Art. 6.º admite que os EM possam, em casos específicos, autorizar ou exigir que haja compensação, “...desde que os montantes objeto de compensação sejam apresentados como montantes brutos nas notas às demonstrações financeiras”. Ficando ao critério de cada EM definir exceções ao princípio da não compensação de saldos, a harmonização não está assegurada.
- **Substância sobre a forma.** As rubricas do Balanço e da DR, são contabilizadas e apresentadas de acordo com a substância e realidade

económica da operação e, não meramente com a sua forma legal. Na EC do IASB, esta é uma característica qualitativa das DF. De assinalar, contudo, que o n.º 3 do mesmo Art. 6.º, permite que os EM possam dispensar empresas do cumprimento deste princípio. A ocorrer esta dispensa, de forma casuística, fica comprometida a comparabilidade e a qualidade da informação financeira e a harmonização entre EM não está assegurada.

- **Custo histórico.** As rubricas são mensuradas através do custo de aquisição²² ou do custo de produção²³. No entanto, os Art. 7.º e 8.º permitem outras bases de mensuração. Através do Art. 7.º, os EM podem autorizar ou exigir a mensuração dos ativos fixos por quantias revalorizadas e, através do Art. 8.º, é instituída a possibilidade de mensuração pelo justo valor (JV) certos instrumentos financeiros (IF), incluindo derivados, e para outras categorias específicas de ativos a designar pelos EM, sob reserva das condições estabelecidas no mesmo Art. 8.º. As implicações destas disposições serão abordadas nos pontos seguintes.
- **Materialidade.** De acordo com o Art. 2.º, n.º16, a informação é material “... sempre que se possa razoavelmente prever que a sua omissão ou apresentação incorreta influencia as decisões tomadas pelos utilizadores com base nas demonstrações financeiras da empresa”. Em conformidade, o n.º 1-j) do Art. 6.º, permite que, caso a informação seja imaterial, os requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação, divulgação e consolidação

²² Custo de aquisição é “o preço a pagar e as despesas acessórias, uma vez deduzidas as reduções acessórias” (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 6).

²³ Custo de produção é “o custo de aquisição das matérias-primas e dos consumíveis e outros custos diretamente atribuíveis ao produto em questão. Os Estados-Membros autorizam ou exigem a inclusão de uma parte razoável de custos fixos ou de custos gerais variáveis indiretamente atribuíveis ao produto em questão, na medida em que digam respeito ao período de produção. Não são incluídos os custos de distribuição” (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 7).

não sejam cumpridos, sendo que os EM podem limitar o âmbito desta disposição à apresentação e divulgação (Art. 6.º, n.º 4).

Na EC do IASB, a materialidade é uma das características qualitativas da informação. Segundo a IAS 1 (§§ 29-30), a informação material deve ser apresentada separadamente nas DF. Se algum item não for individualmente material, ele é agregado a outros itens, nas DF e nas notas. Porém, um item pode não ser suficientemente material para apresentação separada nas DF, mas ser suficientemente material para apresentação separada nas notas.

Quanto às restantes características qualitativas que integram a EC do IASB (compreensibilidade, relevância, fiabilidade, representação fidedigna, neutralidade, plenitude e comparabilidade), elas não são mencionadas na Diretiva, sendo que, dela também não constam os constrangimentos à informação relevante e fiável (tempestividade, balanceamento entre benefício e custo, e balanceamento entre características qualitativas).

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 6.º - Princípios gerais de relato financeiro	
Compensação entre rubricas (2.)	Autorizar ou exigir , em casos específicos, compensação entre rubricas.
Substância sobre a forma (3.)	Dispensar a aplicação do princípio da substância sobre a forma.
Materialidade (4.)	Limitar a aplicação da materialidade às apresentações e divulgações.
Responsabilidades previsíveis (5.)	Autorizar ou exigir o reconhecimento de todas as “responsabilidades previsíveis” e perdas potenciais.

Tabela 7 – Princípios gerais de relato financeiro: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

2.3. Base de mensuração alternativa dos elementos do ativo fixo pelas quantias revalorizadas

Tal como referido no ponto anterior, a Diretiva prevê exceções ao princípio do custo de aquisição ou de produção. Em particular, o Art.7.º define uma base de mensuração alternativa para os ativos fixos²⁴ através das quantias revalorizadas, cabendo a cada EM “... autorizar ou exigir, no que respeita a todas as empresas ou categorias de empresas, a mensuração do ativo fixo pelas quantias revalorizadas.” (Art. 7.º, n.º 1) e definir o seu conteúdo, limites e regras na sua aplicação. Assim, a Diretiva deixa liberdade aos EM, não só para permitir, mas também, para exigir revalorizações e remete para o direito nacional a definição dos conteúdos, limites e regras de aplicação.

A diferença existente entre o custo de aquisição ou de produção e a base de mensuração de uma revalorização é considerado o excedente de revalorização e, deve ser integrado no Capital Próprio (CP). O excedente de revalorização, segundo o ponto n.º 2 do Art. 7.º, “...pode ser total ou parcialmente capitalizado, em qualquer momento”, o que implica que, o excedente de revalorização possa ser transferido para capital mesmo que ainda não realizado. Já no que respeita à distribuição, exige-se que o excedente de revalorização esteja realizado, pois “... Nenhuma parte do excedente de revalorização pode ser objeto de distribuição, direta ou indireta, a não ser que corresponda a uma mais valia-efetivamente realizada.” (Art. 7.º, n.º 2). A este propósito, a Diretiva estabelece ainda que os EM podem definir regras, que regulem a aplicação do excedente de revalorização, dentro de certas condições (Art. 7.º, n.º 2).

²⁴ Ativo fixo são “os elementos do ativo a que se destinam a servir de forma duradoura a atividade da empresa” (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 4).

Por sua vez, a IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis²⁵ exige que um ativo fixo tangível seja mensurado inicialmente pelo seu custo (IAS 16, § 15). Após o reconhecimento inicial, uma entidade deve selecionar o modelo do custo ou o modelo de revalorização, como política contabilística (IAS 16, § 29). Regime semelhante é definido na IAS 38²⁶ – Ativos Intangíveis, que trataremos adiante.

No modelo do custo “... *um item do activo fixo tangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumulada*” (IAS 16, § 30). Já no modelo de revalorização um item do ativo fixo tangível é escriturado pela quantia revalorizada. A quantia revalorizada é igual ao seu JV ²⁷ à data da revalorização menos as depreciações acumuladas subsequentes e as perdas por imparidades acumuladas subsequentes (IAS 16, § 31). É necessário realizar uma nova revalorização quando o JV à data do balanço diferir materialmente da quantia escriturada do ativo (IAS 16, § 34).

No caso da quantia escriturada, isto é, a quantia revalorizada aumentar, esse aumento é creditado na rubrica “Excedente de revalorização” no CP, exceto quando for a reversão de um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados, caso em que, deve ser reconhecido nos resultados (IAS 16, § 39). Quando a quantia revalorizada diminui, essa diminuição deve ser reconhecida nos resultados. No entanto, o valor da diminuição tem de ser debitado no “Excedente de revalorização” até anular o saldo credor existente, nessa rubrica, com respeito ao mesmo ativo (IAS 16, § 40).

²⁵ Norma Internacional de Contabilidade 16 - Activos Fixos Tangíveis, JO L 320, pp. 119-134.

²⁶ Norma Internacional de Contabilidade 38 - Activos Intangíveis, JO L 320, pp. 393-419.

²⁷ “Justo valor é a quantia pela qual um activo pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre as mesmas” (Norma Internacional de Contabilidade 16, § 6).

Ao abrigo da IAS 16, o excedente de revalorização pode ser transferido para resultados retidos, na medida em que o ativo for usado pela entidade ou quando o ativo for desreconhecido (alienação ou abate), sendo que a transferência para resultados retidos nunca poderá ser feita através dos lucros ou prejuízos (DR). Diferentemente, o já referido n.º 2 do Art. 7.º, da Diretiva, permite transferir para a DR, os montantes que tenham sido anteriormente inscritos como gastos na DR ou representem mais-valias efetivamente realizadas.

De assinalar, também, o disposto no n.º 3 do Art. 7.º, que possibilita aos EM autorizar ou exigir que nas rubricas pertinentes da DR (por natureza ou por funções), apenas seja indicado o montante dos ajustamentos de valor (depreciações) decorrentes da mensuração com base no custo de aquisição ou no custo de produção, e que a diferença resultante da mensuração com base numa revalorização figure separadamente naquelas DR. Como salienta a EFSA (2014, p. 23), segregar as depreciações de itens reavaliados em duas componentes e apresentá-las em linhas separadas na DR, pode induzir em erro os utilizadores das DF, para além de divergir da solução preconizada nas IAS/IFRS.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 7.º - Base de mensuração alternativa dos elementos do ativo fixo pelas quantias revalorizadas	
Modelo da revalorização (1.)	Autorizar ou exigir mensuração do ativo fixo por quantias revalorizadas.
Excedente de revalorização (2.)	Estabelecer regras que regulem a aplicação do excedente de revalorização, dentro de certas condições.
Ajustamentos de valor (3.)	Autorizar ou exigir que a diferença nas depreciações, resultante da mensuração com base numa revalorização, figure separadamente na DR.

Tabela 8 – Base de mensuração alternativa do ativo fixo pelas quantias revalorizadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

2.4. Base de mensuração alternativa pelo justo valor

Outra alternativa de mensuração existente na Diretiva é pelo JV. De acordo com o Art. 8.º, n.º1, os EM têm a possibilidade de autorizar ou exigir, a todas as empresas ou categorias de empresas, que:

- Os IF, incluindo IF derivados, sejam mensurados pelo JV; e
- Categorias específicas de ativos que não sejam IF sejam mensuradas com base no JV.

Note-se que essa autorização ou exigência pode circunscrever-se às DF consolidadas.

Relativamente aos passivos financeiros, a mensuração pelo JV, só se aplica caso os passivos detidos sejam elementos da carteira de negociação, ou, sejam IF derivados (Art. 8.º, n.º 3). Por outro lado, não se aplica o Art. 8.º, n.º1 “... aos instrumentos financeiros não derivados detidos até ao vencimento; aos empréstimos e contas a receber originados pela própria empresa e não detidos para efeitos de negociação; às participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos; aos instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa; aos contratos de retribuição contingente numa concentração de atividades empresariais; e a outros instrumentos financeiros que, pelas suas características especiais, (...) sejam contabilizados de forma diferente dos outros instrumentos financeiros” (Art. 8.º, n.º 4).

Segundo o n.º7 do Art. 8.º, a determinação do JV pode ser feita através de duas formas:

- No caso de ser “facilmente identificado um mercado fiável”, o valor de mercado. Caso tal não seja possível, mas se consiga identificar “... o valor de mercado dos seus componentes ou de um instrumento similar, o valor de

mercado pode ser de mercado pode ser determinado a partir do valor dos seus componentes ou desse instrumento similar'' (Art. 8.º, n.º 7-a)).

- Caso não seja *“facilmente identificado um mercado fiável”*, através de modelos e técnicas de avaliação, que garantam uma aproximação ao valor de mercado (Art. 8.º, n.º 7-b)).

Quando não seja possível aplicar nenhum destes métodos, os IF são mensurados pelo custo. De notar que, apesar de a Diretiva fazer referência a um *“mercado fiável”*, não explicita a definição do mesmo.

Sempre que um IF é mensurado pelo JV, as alterações de valor são inscritas na DR. No entanto, existem exceções, como é o caso dos *“... instrumentos de cobertura no quadro de um sistema de contabilidade de cobertura que permita que alguma ou todas as alterações de valor não figurem na demonstração de resultados”* (Art. 8.º, n.º 8 - a)), ou *“...as alterações de valor que correspondem a uma diferença cambial referente a um instrumento monetário que a parte do investimento líquido de uma entidade estrangeira”* (Art. 8.º, n.º 8 - b)). Uma outra exceção está relacionada com as alterações de valor de um ativo financeiro disponível para venda (AFS), desde que, não seja um ativo financeiro derivado. Sendo esta exceção opcional para os EM. Em todos estes cenários, as alterações de valor são reconhecidas numa reserva de JV no CP.

No que respeita à contabilidade de cobertura, o n.º 5 do Art. 8.º, prevê que os EM possam autorizar mensurações específicas para itens ao abrigo de um sistema de contabilidade de cobertura. Porém, não explicita quais (ficando ao critério dos EM fazê-lo).

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 8.º - Base de mensuração alternativa pelo JV	
Modelo do JV – IF (1.a)	Autorizar ou exigir a todas as empresas ou a categorias de empresas, a mensuração pelo JV de certos IF. Esta autorização ou exigência pode circunscrever-se a DF consolidadas.
Modelo do JV – outros ativos (1.b)	Autorizar ou exigir a todas as empresas ou a categorias de empresas, a mensuração pelo JV de ativos que não sejam IF. Esta autorização ou exigência pode circunscrever-se a DF consolidadas.
IF (6.)	Autorizar ou exigir a aplicação das normas internacionais de contabilidade a IF.
AFS (8.)	Autorizar ou exigir que as alterações de valor sejam inscritas diretamente no CP.
Ativos, que não IF, mensurados a JV (9.)	Autorizar ou exigir a todas as empresas ou a categorias de empresas, que as alterações de valor sejam inscritas diretamente na DR.

Tabela 9 – Base de mensuração alternativa pelo JV: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

De assinalar, que em derrogação dos números anteriores, o n.º 6 do mesmo Art. 8º, estabelece que cada EM tem o poder de “...*autorizar ou exigir o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de instrumentos financeiros conformes com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002*” (Art. 8.º, nº 6). No âmbito das IAS/IFRS, será necessário tomar como referência a IAS 39²⁸, segundo a qual um IF²⁹ deve ser reconhecido “... *quando, e apenas quando, a entidade se tornar uma parte das disposições contratuais do*

²⁸ Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, JO L 320, pp. 420-505.

²⁹ “Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um activo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade” (Norma Internacional de Contabilidade 32, § 11).

instrumento” (IAS 39, § 14). No reconhecimento inicial, a mensuração é pelo JV³⁰ mais, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo JV através de resultados, os custos de transação³¹ com a aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro (IAS 39, § 43). A IAS 39 estabelece, também, os métodos de mensuração subsequente dos ativos financeiros e passivos financeiros.

Para a finalidade de mensurar um ativo financeiro após o reconhecimento inicial, a IAS 39 (§ 45), define quatro categorias:

- Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados (FVTPL);
- Investimentos detidos até à maturidade (HTM);
- Empréstimos concedidos e contas a receber (L&R);
- AFS.

Regra geral, após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo JV (sem qualquer dedução dos custos de transação a incorrer na venda ou alienação). Exceto os L&R e os HTM, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método do juro efetivo³², e os investimentos em instrumentos de capital próprio (ICP), que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e, cujo, JV não possa ser fiavelmente mensurado (IAS 39, § 46), são mensurados a custo.

³⁰ O “justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração” (Norma Internacional de Relato Financeiro 39, § 8).

³¹ Custos de transação são custos incrementais que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro (Norma Internacional de Contabilidade 39, § 9).

³² “A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada líquida do activo financeiro ou do passivo financeiro” (Norma Internacional de Contabilidade 39, § 9).

Quanto aos passivos financeiros, após o reconhecimento inicial, devem ser mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor através de resultados (IAS 39, §47).

Uma variação no JV, de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo JV através de resultados, que não sejam instrumentos de cobertura, deve ser reconhecida como um ganho ou perda na DR. Diferentemente, uma alteração do JV dos AFS deve ser inscrita diretamente no CP (IAS 39, §55).

No final de cada período é necessário avaliar se um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está com imparidade (IAS 39, §58). Para o efeito, a IAS 39 estabelece regras para a mensuração e reconhecimento de perdas por imparidade, nas diversas classes de ativos financeiros, sendo de assinalar que não é permitida a reversão de perdas por imparidade reconhecidas em ativos financeiros escriturados pelo custo (IAS 39, § 66).

Descrição	Mensuração após o reconhecimento inicial
ATIVOS FINANCEIROS , exceto contabilidade de cobertura	
FVPTL	JV alterações reconhecidas na DR
AFS	JV alterações diretamente reconhecidas no CP e transferidas para DR no desreconhecimento ou imparidade
HTM	Custo amortizado
L&R	Custo amortizado
ICP não cotados em mercado ativo e cujo JV não pode ser fiavelmente mensurado	Custo
PASSIVOS FINANCEIROS , exceto contabilidade de cobertura	
FVTPL	JV alterações reconhecidas na DR
Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Tabela 10 – Mensuração subsequente de IF, exceto contabilidade de cobertura, segundo a IAS 39

Em síntese, no que respeita à mensuração de IF, os métodos preconizados pelas IAS/IFRS e pela Diretiva, para a mensuração do JV, são semelhantes. Ambos os normativos admitem que o JV pode ser determinado com base no valor de mercado do instrumento financeiro (ou dos seus componentes), com base no valor de mercado de um instrumento similar, ou com base em modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, desde que assegurem uma aproximação razoável do valor de mercado. Porém, caso não seja possível mensurar com fiabilidade o JV, a Diretiva estabelece que os “instrumentos financeiros” serão mensurados a custo (Art. 7.º), já a IAS 39 (§ 46-c) limita esta possibilidade a ICP.

Acresce, ainda que, ao contrário da IAS 39, a Diretiva não apresenta nenhuma regra de mensuração subsequente para IF nem outro método de mensuração alternativo ao JV, como a mensuração pelo custo amortizado (método da taxa de juro efetiva). Não obstante o n.º 10 do Art. 12.º, permite que os EM possam autorizar ou exigir que a diferença entre o montante a reembolsar e o montante recebido de um empréstimo, seja reconhecida em resultados “por montantes anuais razoáveis”.

Quanto às alterações do JV dos ativos e passivos financeiros, ambos os normativos determinam que sejam registadas na DR, com exceção dos AFS, em que nos termos da IAS 39, a alteração de valor deve ser registada diretamente no CP, e segundo a Diretiva, é deixada aos EM a possibilidade de autorizarem ou exigirem esta solução.

Para além disso, a Diretiva não explicita como mensurar e reconhecer perdas por imparidade em ativos financeiros, ou reverter tais perdas por imparidade, nem especifica a contabilidade de cobertura.

3. Balanço e demonstração dos resultados

3.1. Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço

Ativos fixos tangíveis

Tal como referido anteriormente, os ativos fixos podem ser mensurados pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização sendo, em qualquer caso, objeto de ajustamentos de valor “...destinados a ter em conta a alteração, definitiva ou não, do valor (...) verificada à data de balanço” (Art. 2.º, n.º 8). Estão, portanto, incluídas nos ajustamentos de valor, quer as depreciações, quer as perdas por imparidade.

De referir que, no âmbito das IAS/IFRS, a IAS 36³³ estabelece que uma entidade deve avaliar, anualmente, se existe alguma indicação de que um ativo possa estar com imparidade³⁴ (IAS 36, § 9). A eventual perda por imparidade deve ser reconhecida na DR, exceto se for respeitante a ativos mensurados pelo modelo da revalorização (IAS 36, § 60). Já a Diretiva não é muito explícita quanto ao apuramento e tratamento contabilístico das perdas por imparidade. Apenas faz referência a “ajustamentos de valor” como um todo, ou seja, engloba imparidades, depreciações e amortizações (as amortizações de ativos intangíveis e *goodwill* serão abordadas no ponto seguinte).

Em todo o caso, o objetivo é que os ativos fixos tangíveis sejam mensurados pelo valor mais baixo que se lhes atribua à data do Balanço. Caso as razões que

³³ Norma Internacional de Contabilidade 36 - Imparidade de Activos, JO L 320, pp. 338-377.

³⁴ Um ativo está com imparidade quando a quantia escriturada é superior à quantia recuperável (Norma Internacional de Contabilidade 36, § 8).

motivaram tais ajustamentos deixem de ser aplicáveis, a mensuração pelo valor mais baixo não pode ser mantida (exceto no que respeita à rubrica “trespasse”). No que respeita à apresentação, se não forem apresentados separadamente na DR, têm de ser indicados separadamente nas notas (Art. 12.º, n.º 6-c)).

A Diretiva possibilita ainda aos EM autorizar ou exigir a inclusão, nos custos de produção, dos juros sobre os capitais emprestados para financiar a “*produção de ativos fixos (ou correntes)*”, na medida em que respeitem ao período de produção (Art. 12.º, n.º 8). De referir que de acordo com a norma IAS 23³⁵, os custos de empréstimos obtidos³⁶ são reconhecidos como gasto do período, com exceção dos custos dos empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à “*aquisição, construção ou produção de um ativo*”, caso em que devem ser capitalizados no custo do ativo (IAS 23, §§8-9).

Assim, confrontando a Diretiva com as IAS/IFRS, são de assinalar duas diferenças no que respeita à capitalização de juros. Por um lado, ao abrigo da Diretiva, os EM têm a faculdade de permitir ou exigir a capitalização dos custos de empréstimos elegíveis, enquanto nas IAS/IFRS é obrigatória a capitalização destes custos. Por outro lado, a Diretiva apenas contempla os custos de empréstimos referentes à “produção” de ativos, enquanto a IAS 23 parece ser mais abrangente ao admitir a capitalização dos custos de empréstimos atribuíveis à “aquisição, construção ou produção de um ativo”.

³⁵ Norma Internacional de Contabilidade 23 - Custos de Empréstimos Obtidos, JO L 320, pp. 225-229.

³⁶ Os “custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos” (Norma Internacional de Contabilidade 23, § 5).

Ativos intangíveis

Relativamente aos ativos intangíveis, a Diretiva estabelece que devem ser amortizados ao longo da sua vida útil. Nos casos em que não é possível *“estimar de forma fiável a vida útil de despesas de trespasse ou despesas de desenvolvimento, tais ativos são amortizados dentro de um prazo máximo estabelecido pelo Estado-Membro”*, que não pode ser inferior a cinco anos nem superior a dez anos (Art. 12.º, n.º 11). De assinalar que esta disposição da Diretiva deixa duas questões em aberto:

- Qual o período de amortização para ativos intangíveis com vida útil indefinida que não sejam despesas de desenvolvimento?
- Caso seja possível estimar de forma fiável a vida útil das despesas de desenvolvimento, é admissível período superior a 10 anos?

Face ao exposto, é de salientar a divergência entre as IAS/IFRS e a Diretiva, no que respeita à amortização de ativos intangíveis. A IAS 38 admite que um ativo intangível³⁷ pode ter vida útil³⁸ finita ou indefinida. Um ativo intangível tem vida útil indefinida se *“... não houver limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere fluxos de caixa líquidos para a entidade.”* (IAS 38, § 88). Apenas devem ser sujeitos a amortização³⁹ os ativos intangíveis com vida útil finita. Caso contrário, se a sua vida útil for indefinida, não devem ser amortizados (IAS 38, § 89), mas sujeitos à realização de testes de imparidade, anualmente e sempre que existam indícios de que o ativo possa estar com imparidade (IAS 38, § 108; IAS 36, § 90).

³⁷ Ativo intangível *“é um activo não monetário identificável sem substância física”* (Norma Internacional de Contabilidade 38, § 8).

³⁸ A vida útil de um ativo é *“o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para uso; ou o número de unidades de produção ou semelhantes que uma entidade espera obter do activo”* (Norma Internacional de Contabilidade 38, § 8).

³⁹ *“Amortização é a imputação sistemática da quantia depreciável de um activo intangível durante a sua vida útil* (Norma Internacional de Contabilidade 38, § 8).

No que respeita a despesas de desenvolvimento, a Diretiva estabelece ainda que, caso o direito nacional de um EM permita a inclusão das despesas de desenvolvimento no ativo e, tais despesas não estejam totalmente amortizadas, deve ser proibida a distribuição de resultados, a menos que o valor das reservas disponíveis e os resultados transitados seja, no mínimo, igual ao valor das despesas não amortizadas. Porém, os EM ficam com a possibilidade de autorizar derrogações a esta disposição (Art. 12.^o, n.^o 11).

Diferentemente, a IAS 38 não se pronuncia sobre a problemática da distribuição de resultados, mas fornece orientações mais detalhadas, quanto ao tratamento de intangíveis gerados internamente, distinguindo duas fases: a fase de pesquisa⁴⁰ e a fase de desenvolvimento⁴¹. Qualquer despesa de pesquisa deve ser reconhecida como gasto do período em que ocorre (IAS 38, § 54), uma vez que não se consegue demonstrar que essa despesa irá gerar benefícios económicos futuros. Por sua vez, as despesas de desenvolvimento podem ser capitalizadas, se, e apenas se, a entidade demonstrar:

- Viabilidade técnica de concluir o ativo intangível;
- Intenção de concluir o ativo intangível e utilizá-lo ou vendê-lo;
- Capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Forma como gerará benefícios económicos futuros;
- Disponibilidade de adequados recursos para concluir o desenvolvimento e utilizar ou vender o ativo intangível;
- Capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível, durante a sua fase de desenvolvimento.

⁴⁰ Exemplos de atividades de pesquisa: atividades visando a obtenção de novos conhecimentos; a procura de, avaliação e seleção final de, aplicações das descobertas de pesquisa ou de outros conhecimentos; procura de alternativas para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços e a formulação, conceção, avaliação e seleção final das alternativas (Norma Internacional de Contabilidade 38, § 56).

⁴¹ Exemplos de atividades de desenvolvimento: conceção, construção e teste de protótipos, modelos de pré-produção, ferramentas ou moldes (Norma Internacional de Contabilidade 38, § 59).

Caso não se verifique o cumprimento de todos estes requisitos, as despesas de desenvolvimento, também têm de ser reconhecidas como gasto do período em que ocorrem (IAS 38, §§ 57-58).

Por último, de assinalar o caso das despesas de constituição. A Diretiva estabelece que, quando o direito nacional prever a sua inscrição no ativo, tais despesas têm um prazo máximo de cinco anos para serem amortizadas, ficando entretanto limitada a distribuição de resultados em moldes similares aos já descritos para as despesas de desenvolvimento e, sendo concedida aos EM a faculdade de autorizar derrogações a esta disposição (Art. 12.º, n.º 11). Já ao abrigo da IAS 38 (§ 69), está vedada a inscrição de tais despesas no ativo, por não cumprirem os critérios de reconhecimento estabelecidos na EC.

Descrição	IAS/IFRS	Diretiva 2013/34/UE
Ativos intangíveis com vida útil finita	Amortização durante a vida útil	Amortização durante a vida útil
Ativos intangíveis com vida útil indefinida	Não é sujeito a amortização	<i>Caso não seja possível estimar de forma fiável a vida útil, amortização em prazo estabelecido pelos EM (5 a 10 anos)</i>
Goodwill ou Trespasse	Não é sujeito a amortização	<i>Caso não seja possível estimar de forma fiável a vida útil, amortização em prazo estabelecido pelos EM (5 a 10 anos)</i>
Despesas de constituição	Não podem ser reconhecidas como ativo	Amortização no prazo máximo de 5 anos

Tabela 11- Amortização de ativos intangíveis e *goodwill* segundo a Diretiva 2013/34/UE e as IAS/IFRS.

Inventários

O n.º 9 do Art. 12.º, faz referência aos inventários, dando a possibilidade aos EM de autorizar, como fórmulas de custeio, o custo médio ponderado, o FIFO (*first in, first out*), o LIFO (*last in, first out*) ou um outro método que siga as melhores práticas geralmente aceites. A norma internacional que aborda este tema é a IAS 2, onde são admitidas duas fórmulas de custeio para os inventários⁴², o FIFO ou o custeio médio ponderado (IAS 2, § 25). Ao contrário da nova Diretiva, o critério LIFO não é permitido.

Por outro lado, segundo a IAS 2, os inventários são mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, “... dos dois o mais baixo”⁴³ (IAS 2, § 9). Os custos dos inventários são constituídos pelos custos de compra⁴⁴, custos de conversão⁴⁵ e outros custos incorridos para colocar os bens no seu local e na sua condição atuais (IAS 2, § 10).

No que respeita aos custos de conversão, é de assinalar que, a IAS 2 estabelece que a imputação de gastos gerais de produção fixos deve ser baseada na capacidade normal das instalações de produção (IAS 2, § 13). Diferentemente, a Diretiva admite que os EM possam autorizar ou exigir a inclusão, nos custos de produção, de “...uma parte razoável dos custos fixos ou de custos gerais variáveis indirectamente atribuíveis ao produto...” (Art. 2.º, n.º 7), não estando portanto assegurado que a imputação seja baseada na capacidade normal das instalações.

⁴² “Os inventários são activos; detidos para venda no decurso ordinário da actividade empresarial; no processo de produção para tal venda; ou na forma de materiais ou bens de consumo a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços” (Norma Internacional de Contabilidade 2, § 6)

⁴³ Valor realizável líquido é considerado “o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efectuar a venda (Norma Internacional de Contabilidade 2, § 6).

⁴⁴ Custos de compra incluem “preço de compra, direitos de importação e outros impostos (...) e custos de transporte e outros custos directamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços”. Os descontos comerciais e abatimentos são deduzidos (Norma Internacional de Contabilidade 2, § 11).

⁴⁵ Os custos de conversão integram os custos com mão-de-obra directa, os gastos gerais de produção fixos e variáveis incorridos ao converter matérias em produtos acabados (Norma Internacional de Contabilidade 2, § 12).

Quanto à mensuração dos inventários pelo valor realizável líquido, a IAS 2 determina que seja baseado numa estimativa da quantia, que se espera que os inventários venham a realizar, ponderando, quer as alterações dos “... *preços ou custos directamente relacionadas com acontecimentos que ocorram após o fim do período, até ao ponto em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período*” (IAS 2, § 30), quer a finalidade do inventário (IAS 2, § 31). Em cada período subsequente, é realizada uma nova estimativa do valor realizável líquido (IAS 2, § 33). À semelhança do já referido para outras matérias, também neste caso, a Diretiva não fornece orientações tão detalhadas, como as prescritas na IAS 2, quanto à determinação do valor realizável líquido de inventários.

Provisões

No âmbito da Diretiva, as provisões destinam-se a cobrir as “...*responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas indeterminadas quanto ao seu montante ou quanto à sua data de ocorrência*” (Art. 12.º, n.º 12), sendo que os EM podem autorizar também, a criação de provisões destinadas a cobrir despesas, cuja natureza esteja claramente definida e que, à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas indeterminadas quanto ao seu montante ou data de ocorrência.

Por sua vez, o n.º 5 do Art. 5.º, estabelece que os EM podem ainda “...*autorizar ou exigir o reconhecimento de todas as responsabilidades previsíveis e perdas potenciais ocorridas durante o período em causa ou durante um período anterior, mesmo que tais responsabilidades ou perdas se tornem patentes entre a data do balanço e a data em que este é elaborado*”. Como já referido (cf. pág. 23), não estando definido na Diretiva o que se entende por “*todas as responsabilidades previsíveis*”, esta formulação poderá dar aso ao reconhecimento de gastos planeados e ainda não incorridos (o que seria contrário às IAS/IFRS), como salienta a EFSA (2014, p. 29).

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 12.º - Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço	
Investimentos financeiros (6.a)	Autorizar ou exigir que os investimentos financeiros sejam mensurados pelo valor mais baixo que se lhes atribua à data do balanço.
Capitalização de juros (8.)	Autorizar ou exigir a capitalização de juros nos “custos de produção” de ativos.
Fórmulas de custeio (9.)	Autorizar Custo médio ponderado, FIFO, LIFO ou “outro método que siga as melhores práticas geralmente aceites”.
Financiamentos obtidos (10.)	Autorizar ou exigir que a diferença entre o montante a reembolsar e o montante recebido (quando aquele é superior a este), seja levada ao ativo e amortizada por “montantes anuais razoáveis”.
Trespasse (11.)	Estabelecer prazo máximo (entre 5 a 10 anos) para a amortização do trespasse, <i>caso não seja possível estimar de forma fiável a vida útil.</i>
Despesas de desenvolvimento (11.)	Autorizar a inclusão no ativo; e, nesse caso, restringir a distribuição de resultados (possibilidade de derrogação em casos excecionais). Estabelecer prazo máximo (entre 5 a 10 anos) para a amortização de despesas de desenvolvimento, <i>caso não seja possível estimar de forma fiável a vida útil.</i>
Despesas de constituição (11.)	Autorizar a inclusão no ativo; e, nesse caso, restringir a distribuição de resultados (possibilidade de derrogação em casos excecionais).
Provisões (12.)	Autorizar também a criação de provisões destinadas a despesas de ocorrência provável (manutenção planeada?)

Tabela 12 – Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

4. DF e relatórios consolidados

4.1. Obrigação de elaborar DF consolidadas

As DF consolidadas deverão apresentar as atividades da empresa-mãe⁴⁶ e das suas filiais⁴⁷, como uma entidade económica única (grupo). Neste sentido, a Diretiva reconhece a necessidade de coordenação do direito nacional a fim de alcançar os objetivos de comparabilidade e de equivalência da informação financeira consolidada no interior da UE (Diretiva 2013/34/UE, (29)).

Segundo o Art. 22.º, os EM devem exigir que uma empresa-mãe elabore DF consolidadas, se essa empresa-mãe:

- Possuir a maioria dos direitos de voto⁴⁸ de uma outra empresa (filial);
- Tiver o direito de nomear ou exonerar a maioria dos membros dos órgãos de administração, direção ou supervisão de uma outra empresa (filial) e for simultaneamente, acionista ou sócia dessa empresa;
- Tiver o direito de exercer uma influência dominante sobre uma empresa (filial) de que seja sócia ou acionista, por força de contrato celebrado com essa empresa ou de cláusula de estatutos desta. De notar que, nestas circunstâncias, os EM têm a possibilidade de não exigir que a empresa-mãe seja acionista ou sócia. De salientar, também, que os EM que não prevejam na sua lei nacional este tipo de contratos ou cláusulas, não são obrigados a aplicar esta disposição; ou
- For acionista ou sócia de uma empresa e:

⁴⁶ Uma empresa-mãe controla uma ou mais filiais (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 9).

⁴⁷ Uma empresa filial é “uma empresa controlada por uma empresa-mãe, incluindo qualquer empresa filial da empresa-mãe de essa empresa depende em última instância” (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 10).

⁴⁸ Da totalidade dos direitos de voto são retirados os direitos de voto relacionados com as ações ou quotas detidas pela mesma empresa filial, por uma empresa filial detida por essa empresa filial ou por um indivíduo que aja em seu nome mas por conta dessas empresas (Diretiva 2013/34/UE, Art. 22.º, n.º 5).

- a maioria dos membros dos órgãos de administração, direção ou supervisão da empresa (filial) durante o período em curso, durante o período anterior e até à elaboração das DF consolidadas, tiverem sido exclusivamente nomeados em resultado dos seus direitos de voto (esta alínea não é aplicável se um terceiro tiver os direitos de voto a que se referem os pontos anteriores; os EM podem impor que os direitos de voto representem pelo menos 20% do total); ou
- controlar por si só, na sequência de um acordo concluído com outros acionistas ou sócios dessa empresa (filial), a maioria dos direitos de voto, sendo que, os EM podem introduzir disposições mais pormenorizadas quanto à forma e ao conteúdo destes acordos.

Para além disso, os EM podem exigir a elaboração de DF consolidadas se a empresa-mãe puder exercer, ou exercer efetivamente, uma influência dominante ou controlo sobre outra empresa (filial); ou se a empresa-mãe e a filial estiverem sob a direção única da empresa-mãe (Art. 22.º, n.º 2).

Finalmente, os EM podem ainda exigir que uma empresa elabore DF consolidadas se, essa empresa e uma ou várias outras empresas com as quais a primeira não esteja relacionada, estiverem colocadas sob uma direção única, devido à celebração de um contrato com essa empresa ou a cláusulas estatutárias dessas outras empresas; ou a constituição dos órgãos de administração, direção ou supervisão dessa uma empresa e os de uma ou várias outras empresas, forem maioritariamente os mesmos indivíduos, durante o período até à elaboração das DF consolidadas (Art. 22.º, n.º 7).

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 22.º - Obrigação de elaborar DF consolidadas	
Obrigação de DF consolidadas (1-c.)	Não exigir que, em certos casos, a empresa-mãe seja acionista ou sócia da filial.
Obrigação de DF consolidadas (1-d.)	Estabelecer que, em certos casos, os direitos de votos representem pelo menos 20% do total.
Obrigação de DF consolidadas (7.)	Exigir contas consolidadas para empresas não relacionadas desde que estejam colocadas sob uma única direção.

Tabela 13 – Obrigação de elaborar DF consolidadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

Sobre esta matéria, a IFRS 10⁴⁹ estabelece que uma entidade que é uma empresa-mãe deve apresentar DF consolidadas (IFRS 10, § 4). Tal como na Diretiva, uma empresa-mãe é “uma entidade que controla uma ou mais entidades” (IFRS 10, Apêndice A). Porém, nos termos da IFRS 10, uma entidade controla outra, quando está exposta ou detém direitos relativamente a resultados variáveis e tem capacidade para afetar esses resultados (IFRS 10, §§ 5-7). Em síntese, existe controlo se, e apenas se, o investidor tiver *cumulativamente*:

- poder sobre a investida;
- exposição ou direito a resultados variáveis;
- capacidade de usar o seu poder para afetar o valor dos resultados para os investidores.

4.2. Dispensa da consolidação

O Art. 23.º delimita a dispensa de elaboração de DF consolidadas. Os pequenos grupos⁵⁰ ficam dispensados, exceto se alguma empresa do grupo for uma

⁴⁹ Norma Internacional de Relato Financeiro 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, JO L 360, pp. 724-769.

⁵⁰ Tal como definido no Art. 3.º, n.º 5 da Diretiva 2013/34/UE.

entidade de interesse público⁵¹ (Art. 23.º, n.º 1). Quanto aos grupos de média dimensão⁵², desde que não integrem uma entidade de interesse público, poderão ficar dispensados, caso o respetivo EM assim o permita (Art. 23.º, n.º 2).

A Diretiva estabelece ainda, dispensa de elaboração de DF consolidadas para qualquer empresa-mãe (empresa dispensada), que seja também filial (incluindo uma entidade de interesse público, a menos que se trate de uma entidade com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado), se a respetiva empresa-mãe se reger pelo direito de um EM e detiver todas as ações ou quotas da empresa dispensada, ou detiver 90% ou mais das ações ou quotas da empresa dispensada e os restantes acionistas ou sócios tiverem aprovado a dispensa (Art. 23.º, n.º 3). Para que seja possível esta dispensa, têm de se cumprir cumulativamente um conjunto de outras condições (Art. 23.º, n.º 4), designadamente, que a empresa dispensada e todas as suas filiais sejam consolidadas nas DF de um conjunto maior de empresas, cuja empresa-mãe seja regida pelo direito de um EM.

Nos casos não abrangidos pelo número anterior, é ainda deixado aos EM a possibilidade de dispensar, da obrigação de elaborar DF consolidadas, qualquer empresa-mãe (empresa dispensada) que seja também filial (incluindo uma entidade de interesse público, a menos que se trate de uma entidade com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado), desde que, a respetiva empresa-mãe seja regida pelo direito de um EM e os acionistas ou sócios da empresa dispensada, titulares de ações ou de uma percentagem mínima

⁵¹ Tal como definido no Art. 2.º, n.º 1 da Diretiva 2013/34/UE.

⁵² Tal como definido no Art. 3.º, n.º 6 da Diretiva 2013/34/UE.

do capital subscrito⁵³ dessa empresa, não tenham solicitado a elaboração de DF consolidadas, pelo menos seis meses antes do fim do período (Art. 23.º, n.º 5).

Por outro lado, é deixada aos EM a possibilidade de dispensar da obrigação de elaborar DF consolidadas, qualquer empresa-mãe (empresa dispensada) que seja também filial (incluindo uma entidade de interesse público, a menos que se trate de uma entidade com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado), cuja empresa-mãe não seja regida pelo direito de um EM, se estiverem cumulativamente satisfeitas outras condições, designadamente que a empresa dispensada e todas as suas filiais sejam incluídas nas DF consolidadas de um conjunto maior de empresas, elaboradas nos termos da Diretiva, das normas internacionais de contabilidade tal como adotadas por força do Regulamento (CE) nº 1606/2002, ou em moldes equivalentes (Art. 23.º, n.º 8).

Por fim, a Diretiva estabelece que não é necessário incluir uma empresa nas DF consolidadas, designadamente uma entidade de interesse público, nos casos em que a informação não possa ser obtida sem custos desproporcionados ou demora injustificada; as ações ou quotas sejam detidas exclusivamente com vista à venda; ou existam restrições graves e duradouras que prejudiquem o exercício dos direitos sobre o património ou a gestão dessa empresa (Art. 23.º, n.º 9). De assinalar, ainda, que uma empresa-mãe fica dispensada de elaborar DF consolidadas se tiver apenas filiais que sejam imateriais, tanto individualmente como coletivamente; ou todas as suas filiais puderem ser excluídas por força dos casos antes mencionados (Art. 23.º, n.º 10).

⁵³ A percentagem mínima não pode ultrapassar 10% do capital subscrito, se for uma sociedade anónima ou uma sociedade em comandita por ações e, 20% do capital subscrito, no caso de outro tipo de sociedade (Diretiva 2013/34/UE, Art. 23.º, n.º 5, al. b)).

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 23.º - Dispensa da consolidação	
Grupos de média dimensão (2.)	Dispensar , exceto se uma empresa coligada for uma entidade de interesse público.
Empresas-mãe intermédias (5.; 8.)	Dispensar , mediante certas condições; a dispensa inclui entidades de interesse público, a menos que se trate de uma empresa com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Tabela 14 – Dispensa da consolidação: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

Sobre esta matéria, a IFRS 10 prevê a dispensa de contas consolidadas, para o caso de uma empresa-mãe que seja detida, total ou parcialmente, por uma outra entidade e, todos os seus outros proprietários tenham sido informados e concordem que não se elaborem DF consolidadas; que não tenha nenhum instrumento de dívida ou de CP num mercado público⁵⁴; que não emita nem pretenda emitir qualquer tipo de instrumentos num mercado público e que a sua empresa-mãe intermédia ou final elabore contas consolidadas de acordo com as IAS/IFRS. A outra exceção está relacionada com as entidades de investimento⁵⁵, caso lhes seja exigido a mensuração das suas subsidiárias⁵⁶ pelo JV através de resultados (IFRS 10, § 4).

Em síntese, a IFRS 10 não apresenta uma tão grande variedade de critérios, para determinar a dispensa ou a obrigatoriedade de elaborar DF consolidadas.

⁵⁴ Por mercado público entende-se bolsa de valores e mercado de balcão.

⁵⁵ "... Uma entidade de investimento é uma entidade que: obtém fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esse(s) investidor(es) serviços de gestão de investimentos; assegura ao(s) seu(s) investidor(es) que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e mede e avalia o desempenho de praticamente todos os seus investidores com base no justo valor" (Norma Internacional de Relato Financeiro 10, § 27).

⁵⁶ Uma subsidiária é uma empresa que é controlada por outra empresa (Norma Internacional de Relato Financeiro 10, Apêndice A)

No que respeita à obrigatoriedade, a IFRS 10 é muito mais sucinta, estabelecendo que se uma entidade (empresa-mãe) controla outra entidade, é-lhe exigida a apresentação de contas consolidadas. Já a Diretiva descreve os diversos pressupostos para que uma empresa (empresa-mãe) apresente contas consolidadas, sendo estes pressupostos baseados no controlo que exerce sobre a filial (seja através da detenção da maioria de direito de votos; seja por acordos realizados com os acionistas ou sócios). Permite ainda, aos EM, estabelecerem na sua legislação nacional, certos requisitos adicionais. Assim, na transposição para o direito interno, cada EM pode exercer tal opção, o que, a ocorrer, prejudicará a comparabilidade das DF consolidadas.

No que respeita à dispensa da elaboração de DF consolidadas, a Diretiva também apresenta uma maior diversidade de critérios. Ao contrário da Diretiva, a IFRS 10 não estabelece como critério de dispensa a dimensão do grupo, contemplando apenas as empresas que não estejam integradas num mercado público; as entidades de investimento que tenham de mensurar todas as suas filiais pelo JV; ou entidades cuja empresa-mãe final ou qualquer empresa-mãe intermédia elabore DF consolidadas de acordo com as IAS/IFRS e disponíveis para uso público.

4.3. Elaboração das DF consolidadas

A Diretiva determina que na elaboração das DF consolidadas deve ser utilizado o método de consolidação integral para filiais (Art.24.º, n.ºs 2 e 5). Quanto a empresas associadas e as entidades geridas conjuntamente, o tratamento contabilístico será abordado mais à frente.

O termo *goodwill* deverá constar no balanço consolidado como “trespasse” (Art.24.º, n.º 3-c)). As ações ou quotas possuídas por indivíduos, que não estejam

ligados a nenhuma das empresas do perímetro de consolidação, devem ser apresentadas separadamente no balanço consolidado, na rubrica interesses minoritários e, na DR consolidada como resultado atribuível a interesses minoritários (Art.24.º, n.ºs 4 e 6).

Nas DF consolidadas é necessário eliminar as dívidas e os créditos entre as empresas do grupo; os gastos e os rendimentos provenientes de operações entre as empresas do grupo; e os resultados de operações efetuadas entre empresas do grupo, quando incluídos na quantia escriturada do ativo (Art.24.º, n.º 7).

No que respeita à mensuração, a Diretiva estabelece que nas DF consolidadas, devem ser aplicados métodos de mensuração idênticos aos utilizados nas DF anuais da empresa-mãe. Todavia, os EM podem autorizar ou exigir a utilização de outros métodos de mensuração (Art.24.º, n.º 11). Por outro lado, se os elementos do ativo e do passivo, incluídos nas DF consolidadas, tiverem sido valorizados, pelas empresas do grupo, por métodos diferentes dos utilizados na consolidação, esses elementos devem ser novamente mensurados de acordo com os métodos utilizados nas DF consolidadas. Porém, em casos excepcionais, são autorizadas derrogações a este requisito (Art.24.º, n.º 12).

Para além das diferenças de terminologia (*subsidiária vs filial*; *interesses minoritários vs interesses que não controlam*; *goodwill vs trespasse*), e da questão da amortização do trespasse, já mencionada anteriormente, os regimes propostos pela Diretiva e pelas IAS/IFRS, nesta matéria, são semelhantes. Porém, as IAS/IFRS exigem métodos de mensuração uniformes (se um membro do grupo seguir políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas contas consolidadas, para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser realizados ajustamentos apropriados às DF desse membro do grupo,

aquando da elaboração das DF consolidadas, de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do grupo (IFRS 10, § B87)). Já a Diretiva permite, em casos excepcionais, derrogações a esta disposição.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 24.º - Elaboração das DF consolidadas	
Eliminação da participação (3.b)	Autorizar ou exigir que a compensação seja efetuada com base no valor dos elementos identificáveis do ativo e do passivo à data da aquisição das ações ou quotas ou, no caso da aquisição por fases, à data em que a empresa se tornou filial.
Data das DF consolidadas (8.)	Autorizar ou exigir data diferente das DF anuais da empresa-mãe, em certas condições.
Bases de mensuração (11.)	Autorizar ou exigir que sejam utilizados nas DF consolidadas métodos de mensuração diferentes das DF anuais da empresa-mãe.
Bases de mensuração (12.)	Autorizar , em casos excepcionais, que não sejam utilizados os mesmos critérios de mensuração por todas as empresas incluídas na consolidação.

Tabela 15 – Elaboração das DF consolidadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

4.4. Concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo

O Art. 25.º, prevê que um EM possa autorizar ou exigir que uma concentração de atividades empresariais entre empresas do mesmo grupo ou controladas pela mesma parte, tanto antes como depois da concentração, sejam efetuadas ao valor contabilístico, com a respetiva reserva de fusão reconhecida no CP.

Como salienta Correia (2013, p. 5), esta é uma matéria que não está tratada nem nas IAS/IFRS (nem no SNC), pelo que este artigo poderá ajudar a dissipar as incertezas e inconsistências existentes sobre este tema, pese embora conceder aos EM liberdade para autorizar ou exigir o tratamento proposto.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 25.º - Concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo	
Concentrações dentro de um grupo (1.)	Autorizar ou exigir que os valores contabilísticos das ações ou quotas detidas no capital das empresas incluídas na consolidação sejam compensados apenas pela percentagem correspondente do capital, desde que as empresas sejam controladas pela mesma parte, tanto antes como após a concentração.

Tabela 16 – Concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

4.5. Consolidação proporcional

A Diretiva permite aos EM autorizar ou exigir a inclusão de uma empresa conjuntamente controlada, nas DF consolidadas, pelo método de consolidação proporcional (Art. 26.º, n.º 1).

De referir, que a Diretiva não prevê a aplicação do método de consolidação proporcional em contas individuais.

De assinalar, também, que a IAS 28⁵⁷, determina que uma entidade que detenha um empreendimento conjunto⁵⁸, deve aplicar o MEP⁵⁹, nas suas DF consolidadas.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 26.º - Consolidação proporcional	
Entidades conjuntamente controladas (1.)	Autorizar ou exigir o método de consolidação proporcional nas DF consolidadas, para entidades conjuntamente controladas.

Tabela 17 – Consolidação proporcional: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

4.6. Método de equivalência patrimonial aplicado às associadas

Na Diretiva, o n.º 7 do Art. 9.º e o Art. 27.º abordam a mensuração das participações financeiras através do MEP.

De acordo com o n.º 7 do Art. 9.º, é da responsabilidade de cada EM autorizar ou exigir a mensuração das participações financeiras pelo MEP, nas DF anuais. Assim, contrariamente às IAS/IFRS, a Diretiva permite a aplicação do MEP em DF individuais. Porém, a forma como o MEP é aqui apresentado, distancia-se da aplicação do MEP como método de consolidação (Correia, 2013, p. 53), já que parece não incluir a anulação de efeitos de transações ascendentes e descendentes. Cabe, ainda, a cada EM “... autorizar ou exigir que a fração do resultado atribuível à participação seja reconhecida na demonstração de resultados apenas

⁵⁷ Norma Internacional de Contabilidade 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, JO L 320, pp. 253-262.

⁵⁸ “Um empreendimento conjunto é uma atividade conjunta em relação à qual as partes que exercem o controlo conjunto dispõem de direitos sobre os ativos líquidos da atividade” (Norma Internacional de contabilidade 28, § 3).

⁵⁹ Através do MEP “... o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da investida detidos pela investidor. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da investida e o outro rendimento integral da investidora inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral da investida” (Norma Internacional de contabilidade 28, § 3).

na medida do montante correspondente a dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido'' (Art. 9.º, n.º 7-b)). No caso do resultado ser superior ao valor dos dividendos já recebidos ou que o seu pagamento possa ser exigido, a diferença fica numa reserva que não possa ser distribuída aos acionistas.

Já o Art. 27.º trata da aplicação do MEP a empresas associadas⁶⁰ em contas consolidadas, estabelecendo que se uma empresa-mãe tiver uma empresa associada, esta tem de ser inscrita numa rubrica separada no balanço consolidado (Art. 27.º, n.º1).

A Diretiva deixa aos EM, a opção de estabelecer a forma como uma empresa associada é inscrita no balanço consolidado, pela sua primeira vez:

- a) Ao custo, com divulgação separada no balanço ou nas notas da diferença para a fração de capital e reservas representada pela participação nessa associada (Art. 27.º, n.º 2-a)); ou
- b) Pelo montante correspondente à fração de capital e reservas representada pela participação nessa associada, com divulgação separada no balanço ou nas notas da diferença para o custo (Art. 27.º, n.º 2-b)).

Em qualquer dos casos, a diferença entre a quantia escriturada e a fração de reservas e capital representada pela participação nessa empresa associada, deve ser calculada à data em que o método foi aplicado pela primeira vez e, apresentada separadamente no balanço consolidado ou nas notas às DF. Se essa diferença positiva não puder ser imputada a elementos do ativo ou do passivo, são-lhe aplicadas as regras do trespasse (Art.27.º, n.º 5). A este propósito, Correia

⁶⁰ Uma empresa associada é *“uma empresa na qual outra empresa tem uma participação e sobre cuja gestão política e financeira essa outra empresa exerce uma influência significativa. Presume-se que uma empresa exerce uma influência significativa sobre outra empresa sempre que detenha 20% ou mais dos direitos de voto dos acionistas ou sócios dessa outra empresa”* (Diretiva 2013/34/UE, Art. 2.º, n.º 13).

(2013, p. 53), assinala que a Diretiva deixa aos EM a possibilidade de retomarem o conceito de “ajustamento de transição”.

Diretiva 2013/34/UE	Síntese das opções concedidas aos EM
Art. 27.º - MEP aplicado às empresas associadas	
Aplicação do MEP pela primeira vez (2.)	<p>Optar por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ registo ao custo, com divulgação separada no balanço ou nas notas da diferença entre o custo e a proporção dos capitais próprios; ou ○ registo pela proporção dos capitais próprios, com a diferença para o custo divulgada no balanço ou nas notas.

Tabela 18 – MEP aplicado às empresas associadas: opções concedidas aos EM no âmbito da Diretiva 2013/34/UE

Capítulo 3

Avaliação do impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas

1. Objetivo e Metodologia

O presente estudo tem como objetivo descrever o impacto que a Diretiva provocará no processo de consolidação de contas da Empresa X, bem como, identificar as situações que deverão merecer particular atenção, em virtude das diversas opções que a Diretiva concede aos EM.

De salientar, que não cabe no âmbito deste estudo analisar a forma como a transposição foi efetuada para a legislação interna de cada um dos EM. Por um lado, essa tarefa não seria exequível em tempo útil, face ao prazo de entrega deste trabalho. Por outro lado, o objetivo do estudo tem um carácter mais genérico, mas também mais abrangente, na medida em que assinala quais os tópicos que, face às opções concedidas aos EM, poderão representar, agora, ou em revisões subsequentes dos normativos nacionais, um esforço acrescido em termos de “ajustamentos e reclassificações prévias” inerentes à consolidação de contas.

No que respeita à metodologia utilizada, esta investigação pode ser classificada como um estudo de caso. Na ótica de Yin (1994) o estudo de caso está geralmente relacionado com as respostas de “como” e “porquê”. Justifica-se a utilização desta metodologia quando se pretende encontrar interações entre factores relevantes dessa entidade, descrever ou avaliar um fenómeno e conhecer a dinâmica do fenómeno. Em geral, o estudo de caso visa explorar, descrever ou explicar um fenómeno. Guba & Lincoln (1994) afirmam que o objetivo do estudo

de caso é expor e descrever situações ou factos, transmitir conhecimento sobre o fenómeno e provar ou contrastar os efeitos e as relações no caso. Merriam (1998) adiciona mais um objetivo, avaliar o fenómeno.

Nesta investigação, os métodos utilizados para a recolha de dados consistiram na observação direta e participativa dos acontecimentos; entrevistas informais; e análise documental de papéis de trabalho, relatórios internos e relatórios e contas. Por questões de confidencialidade não será revelado o nome do grupo em estudo, sendo sempre referenciado como o Grupo X.

2. Caraterização do Grupo X

O Grupo X é constituído pela empresa-mãe, a Empresa X, e por quinze filiais. A Empresa X está sediada e desenvolve a sua atividade em Portugal. As filiais encontram-se distribuídas pela Europa: sete em Portugal, quatro em Espanha, duas em França, uma na Holanda e uma no Luxemburgo. Todas as filiais são incluídas nas contas consolidadas pelo método de consolidação integral. À data da elaboração deste estudo não existiam participações em associadas ou entidades conjuntamente controladas.

Em termos de dimensão, é um grande grupo que, em base consolidada, apresenta um total de balanço próximo de 300 milhões de euros, um volume de negócios líquido de cerca de 200 milhões de euros, e um número de empregados superior a um milhar.

Em geral, a homogeneização e uniformização de critérios entre as empresas de um grupo podem ser conseguidas das seguintes formas (Lopes, 2011; Rodrigues, 2005):

- aplicando às empresas incluídas na consolidação, nas suas contas individuais, os métodos utilizados nas contas consolidadas, desde que não sejam incompatíveis com o normativo local;
- reclassificando e ajustando as DF de cada uma das empresas incluídas na consolidação, por forma a obter a sua conformidade com os métodos utilizados nas contas consolidadas.

No caso em estudo, é aplicada a segunda metodologia. A Empresa X prepara as DF consolidadas de acordo com as IAS/IFRS. Porém, as suas filiais elaboram contas individuais em normativo local, carecendo, portanto, de ajustamentos que

visam assegurar a uniformidade de políticas contabilísticas e de critérios de mensuração, entre o conjunto de empresas incluídas na consolidação.

3. Impacto da Diretiva 2013/34/UE na homogeneização de políticas entre empresas do Grupo

Tendo em vista a consolidação de contas, a empresa-mãe tem de assegurar o alinhamento das políticas utilizadas pelas empresas incluídas na consolidação, para transações e acontecimentos semelhantes. Se tal não ocorrer, são necessários ajustamentos/reclassificações às contas individuais garantir a homogeneidade de políticas.

Assim, o impacto da nova Diretiva no processo de consolidação pode manifestar-se por duas vias:

- Por um lado, a variedade de opções concedidas aos EM potenciam a ocorrência de divergências entre normativos locais, contribuindo para um desalinhamento, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, entre filiais sedeadas em diferentes EM;
- Por outro lado, a consagração na Diretiva de soluções contabilísticas contrárias às IAS/IFRS contribuem para a divergência, de políticas contabilísticas e critérios de mensuração, entre a empresa-mãe e as filiais.

Neste contexto, como se poderá observar na tabela 19 (pág. 69-72), a Diretiva implicará um trabalho acrescido nos procedimentos de consolidação do Grupo, sendo de destacar os aspetos seguintes.

Apresentação das DF

Dentro dos limites estabelecidos pela Diretiva, os EM ficam com a possibilidade de autorizar ou exigir estruturas diversificadas de apresentação da DR e do Balanço, sendo que neste último mapa fica em aberto a possibilidade de autorizar, ou não, a organização assente na distinção entre rubricas correntes e

não correntes (adotada nas IAS/IFRS). Assim, mediante o leque de opções concedidas aos EM nesta matéria, é expectável a necessidade de conversão das contas individuais para a estrutura das contas consolidadas (IAS/IFRS).

Por outro lado, a faculdade concedida aos EM para autorizar ou exigir compensações entre rubricas do ativo e do passivo ou entre rendimento e gastos, poderá originar soluções diversificadas nos vários EM e não condicentes com as práticas aceites nas IAS/IFRS, onde a compensação de rubricas é autorizada em casos limitados. Assim, atendendo às opções concedidas aos EM nesta matéria, é expectável a necessidade de reclassificações nas contas individuais.

Finalmente, no que respeita ao Balanço, de referir a necessidade de reclassificar, do ativo para o CP, as rubricas “capital subscrito e não realizado” e “ações e quotas próprias”.

Bases de apresentação – Princípios contabilísticos

Os princípios gerais de relato financeiro consagrados pela Diretiva divergem, em algumas matérias, da EC do IASB (Correia, 2013; Silva, 2014; Trabucho, 2014). Em particular, poderão requerer especial esforço de coordenação entre as empresas do Grupo, as opções concedidas aos EM para:

- dispensar a aplicação do **princípio da substância sobre a forma**. A ocorrer, esta dispensa terá particular incidência nas operações de locação financeira, mas também nos movimentos relativos a acréscimos e diferimentos, designadamente no que respeita a encargos com férias e a gastos ou rendimentos de incidência plurianual.
- autorizar ou exigir o reconhecimento de “todas as **responsabilidades previsíveis**”. Este conceito, consagrado na Diretiva no âmbito do princípio da prudência, não está claramente definido e, por isso, é suscetível de originar aplicações diversificadas e não conformes às IAS/IFRS (EFAA,

2014, p. 29), onde o reconhecimento de gastos planeados mas ainda não incorridos não é uma prática aceite (IAS 37);

- autorizar ou exigir, em casos específicos, **compensação entre rubricas** do ativo e passivo, ou entre rendimentos e gastos. Muito embora a Diretiva exija a sua divulgação no Anexo, se a apresentação na face das DF resultar contrária às IAS/IFRS, será necessário proceder a reclassificações, como já referido.

Critérios de mensuração

Ativos fixos tangíveis

A política do Grupo consiste em reconhecer os ativos fixos tangíveis pelo modelo do custo (custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas).

No âmbito da Diretiva, é concedida aos EM a possibilidade de exigir a mensuração pelo modelo da revalorização. Assim, caso essa opção seja exercida por algum EM, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Ativos intangíveis

A política do Grupo consiste em reconhecer os ativos intangíveis pelo modelo do custo (custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas).

No âmbito da Diretiva, é concedida aos EM a possibilidade de exigir a mensuração pelo modelo da revalorização, caso essa opção seja exercida por algum EM, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Em todo o caso, será sempre necessário homogeneizar a política de amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida e os critérios de

reconhecimento de despesas de desenvolvimento e despesas de constituição, como se descreve de seguida.

i. Trespasses | Goodwill

A política do Grupo consiste em não amortizar os trespasses (*goodwill*), sujeitando-os a testes anuais de imparidade.

Atendendo a que, no âmbito da Diretiva, a amortização de trespasses é obrigatória, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

ii. Marcas

A política do Grupo consiste em não amortizar marcas com vida útil indefinida, sujeitando-as a testes anuais de imparidade.

Atendendo a que, no âmbito da Diretiva, a amortização de ativos intangíveis é obrigatória, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

iii. Despesas de desenvolvimento

A política do Grupo consiste em reconhecer no ativo as despesas de desenvolvimento se, e apenas se, demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização/uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros (IAS 38).

Uma vez que a Diretiva não estabelece quais os requisitos para a inscrição destas despesas no ativo, ficando ao critério de cada EM fazê-lo, será necessário avaliar se a política de capitalização de despesas de desenvolvimento é aplicada de forma homogénea, por todas as empresas incluídas na consolidação e, caso necessário, proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

iv. Despesas de constituição

A política do Grupo consiste em reconhecer as despesas de constituição como gastos do período em que ocorrem, por não cumprirem os critérios de reconhecimento como ativo, no âmbito das IAS/IFRS.

Uma vez que a Diretiva deixa aos EM a possibilidade de autorizar a inscrição de despesas de constituição no ativo, será necessário avaliar se esse tratamento é, porventura, seguido por alguma das empresas incluídas na consolidação, o que, a ocorrer, implicaria ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Propriedades de investimento

A política do Grupo consiste em reconhecer as propriedades de investimento pelo modelo do custo (custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas).

Atendendo a que é concedida aos EM a possibilidade de exigir a mensuração pelo JV, caso essa opção seja exercida por algum EM, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Instrumentos financeiros

O Grupo considera quatro categorias de IF: investimentos registados ao justo valor através de resultados; empréstimos concedidos e contas a receber; investimentos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda.

No âmbito da Diretiva, é concedida aos EM a faculdade de autorizar (ou exigir) a todas as empresas (ou a categorias de empresas) a mensuração pelo JV de certos IF.

Assim, a forma como cada EM venha a exercer esta opção determinará as alterações a efetuar nas contas individuais, como se indica de seguida:

i. Instrumentos financeiros a justo valor através de resultados

A política do Grupo consiste na mensuração JV, com variações de valor reconhecidas na DR. Caso algum EM não autorize esta base de mensuração, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

A política do Grupo consiste na mensuração a JV com variações reconhecidas diretamente no CP, numa reserva de justo valor, até que o ativo seja vendido, recebido, alienado ou o JV seja inferior ao custo de aquisição (o que ocasiona uma perda por imparidade reconhecida com gasto na DR). Caso algum EM não autorize a mensuração a JV, ou, autorizando esta base de mensuração, não permitam a inscrição das variações de JV diretamente no CP, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

iii. Instrumentos detidos até à maturidade | Empréstimos e contas a receber

A política do Grupo consiste em aplicar o custo amortizado (método da taxa de juro efetiva) a estas duas classes. Porém, a Diretiva não é clara quanto à possibilidade de utilização deste critério (parecendo remeter o seu uso, apenas em situações em que, o montante a reembolsar seja superior ao montante recebido). Assim, será necessário verificar a consistência de políticas entre as empresas do Grupo, e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza IF derivados para cobertura de risco de fluxos de caixa (*swaps* de taxas de juro), cuja mensuração é a JV. As variações de valor, consideradas como porção eficaz da cobertura, são registadas no CP em “reservas de cobertura”, sendo transferidas para a DR no período em que o objeto de cobertura afeta resultados. A porção ineficaz do ganho ou da perda é imediatamente reconhecida na DR.

No âmbito da Diretiva, fica ao critério de cada EM autorizar mensurações específicas para contabilidade de cobertura. Assim, será necessário verificar a consistência, nesta matéria, entre as empresas do Grupo e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Locações

A política do Grupo consiste em classificar as locações como financeiras⁶¹ ou operacionais⁶², em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são mensuradas pelo método financeiro, ou seja, é reconhecido um ativo não monetário por contrapartida de um passivo monetário, e subsequentemente, o ativo é depreciado pelo método das quotas constantes e o passivo diminui consoante o pagamento das rendas, cujo valor, é repartido entre a diminuição do passivo e o reconhecimento de um gasto financeiro na DR. Nas locações operacionais, há apenas lugar ao reconhecimento das rendas como gasto do exercício.

Atendendo a que a Diretiva faculta aos EM a possibilidade de autorizar a derrogação do princípio da substância sobre a forma, será necessário verificar a consistência entre empresas do Grupo, nesta matéria, e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Inventários

A política do Grupo consiste em reconhecer os inventários a custo (de aquisição ou de produção) ou a valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio. No cálculo do custo de produção, a imputação de gastos gerais de produção fixos, aos custos

⁶¹ “Uma locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo.” (Norma Internacional de Contabilidade 17, § 4).

⁶² “Uma locação operacional é uma locação que não seja uma locação financeira.” (Norma Internacional de Contabilidade 17, § 4).

de conversão, é efetuada com base na capacidade normal das instalações de produção (IAS 2, § 13).

No que respeita ao custo de produção, atendendo a que a Diretiva não obriga que a imputação seja baseada na capacidade normal das instalações, será necessário, verificar a consistência entre empresas do Grupo e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações das contas individuais.

Quanto à determinação do valor realizável líquido, a Diretiva não fornece orientações detalhadas sobre a sua determinação, pelo que será necessário verificar a consistência entre empresas do Grupo, nesta matéria, e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Provisões

A política do Grupo consiste em reconhecer provisões quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, seja provável que, para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

No âmbito da Diretiva, é facultada aos EM a possibilidade de autorizar ou exigir o reconhecimento de “todas as responsabilidades previsíveis”, não estando este conceito definido na Diretiva. Assim, no que respeita a provisões, será necessário verificar a consistência entre as empresas do Grupo e proceder a eventuais ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

A política do Grupo consiste em reconhecer os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos, como gastos na DR, de acordo com a especialização dos exercícios. Contudo, se os encargos estiverem relacionados com o desenvolvimento de um ativo, estes são capitalizados no respetivo custo,

durante o período de desenvolvimento, até o ativo estar pronto para uso ou o projeto ser suspenso (IAS 23).

Atendendo a que a formulação apresentada pela Diretiva (capitalização de custos de empréstimos destinados a financiar “a produção de ativos”) tem um âmbito mais limitado que o estabelecido na IAS 23, será necessário verificar se a política de capitalização de juros é aplicada de forma consistente por todas as empresas do Grupo. Em caso de discrepâncias, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Alteração de políticas e correção de erros

A Diretiva estabelece como princípio geral de relato financeiro a correspondência entre saldos. Muito embora conceda exceções a este princípio, o tratamento de referência consiste, portanto, em não reexpressar comparativos, contrariamente ao disposto na IAS 8.

Assim, será necessário verificar se as alterações de políticas contabilísticas e as correção de erros são tratadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo. Em caso de discrepâncias, serão necessários ajustamentos/reclassificações nas contas individuais.

Em síntese, a tabela seguinte (pág. 70-73) apresenta as disposições da Diretiva que, potencialmente, terão maior impacto em termos de ajustamentos e reclassificações para homogeneizar as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, do Grupo em análise.

De salientar, que as questões relativas ao tratamento de associadas e empreendimentos conjuntos, concentrações de atividades empresariais dentro de um grupo, obrigação ou dispensa de elaboração de contas consolidadas, não estão tratadas neste capítulo por não se aplicarem ao Grupo em análise.

Diretiva 2013/34/UE Opções concedidas aos EM	Impacto no alinhamento de políticas e de critérios entre empresas do Grupo
Art. 2.º - Definições	
7) “Custo de produção”... Autorizar ou exigir a inclusão, nos custos de produção, de “...uma parte razoável dos custos fixos...”.	Verificar se algum EM exige que a imputação de gastos gerais de produção fixos, aos custos de conversão, não seja baseada na capacidade normal das instalações, o que, sendo incompatível com as políticas do Grupo, implicaria ajustamentos/reclassificações.
Art. 4.º - Disposições gerais	
4. ... Definir casos excecionais em que a aplicação da Diretiva é incompatível com imagem verdadeira e apropriada. Estabelecer regime aplicável nesses casos.	Verificar se algum EM exerceu esta opção e, caso tenha sido estabelecido um regime especial, confirmar se o mesmo é compatível com as políticas do Grupo, pois em caso de inconsistência serão necessários ajustamentos/reclassificações.
Art. 6.º - Princípios gerais de relato financeiro	
2. ... Autorizar ou exigir , em casos específicos, compensação entre rubricas do ativo e do passivo; ou entre rendimentos e gastos.	Verificar se algum EM exige compensações entre saldos incompatíveis com as políticas do Grupo, o que implicaria ajustamentos/reclassificações.
3. ... Dispensar a aplicação do princípio da substância sobre a forma.	Verificar se algum EM dispensa a aplicação deste princípio e se alguma filial utiliza essa dispensa que, sendo incompatível com as políticas do Grupo, designadamente quanto a locações financeiras, implicaria reclassificações/ajustamentos.
5. ... Autorizar ou exigir o reconhecimento de todas as “responsabilidades previsíveis”.	Verificar se os critérios de reconhecimento de provisões são aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo, pois o eventual reconhecimento de despesas planeadas ainda não incorridas, sendo contrário às políticas do Grupo, implicaria reclassificações/ajustamentos.

Tabela 19 - Impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas do Grupo X

Diretiva 2013/34/UE Síntese das opções concedidas aos EM	Impacto no alinhamento de políticas e critérios entre empresas do Grupo
Art. 7.º - Base de mensuração alternativa dos elementos do ativo fixo pelas quantias revalorizadas	
1. ... Autorizar ou exigir mensuração do ativo fixo por quantias revalorizadas.	Verificar se algum EM exige a mensuração do ativo fixo por quantias revalorizadas, o que, sendo contrário às políticas do Grupo (modelo do custo) para ativos fixos tangíveis e intangíveis, implicaria ajustamentos/reclassificações.
3. ... Autorizar ou exigir que a diferença nas depreciações, resultante da mensuração com base numa revalorização, figure separadamente na DR.	Verificar se algum EM exige a apresentação das depreciações de itens revalorizados em duas componentes separadas na DR, pois isso teria impacto em termos das rubricas a ajustar.
Art. 8.º - Base de mensuração alternativa pelo JV	
1.a) ... Autorizar ou exigir a todas as empresas ou a categorias de empresas, a mensuração pelo JV de certos IF... Esta autorização ou exigência pode circunscrever-se a DF consolidadas.	Verificar se os critérios de mensuração de IF são aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo, já que é deixada aos EM a faculdade de autorizar ou exigir a mensuração a JV. Em caso de discrepâncias com a política do Grupo (IAS/IFRS), serão necessários ajustamentos/reclassificações.
1.b) ... Autorizar ou exigir a todas as empresas ou a categorias de empresas, a mensuração pelo JV de ativos que não sejam IF... Esta autorização ou exigência pode circunscrever-se a DF consolidadas.	Verificar se os critérios de mensuração de ativos que não sejam IF são aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo, já que é deixada aos EM a faculdade de autorizar ou exigir a mensuração a JV. Em caso de discrepâncias com a política do Grupo (modelo do custo para propriedades de investimento), serão necessários ajustamentos/reclassificações.
8. ... Autorizar ou exigir que as alterações de valor em ativos financeiros AFS sejam inscritas diretamente no CP.	Verificar se o reconhecimento de alterações de valor em AFS é consistente com a política do Grupo (i.e., diretamente no CP). Caso contrário, serão necessários ajustamentos/reclassificações.

Tabela 19 - Impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas do Grupo X (cont.)

Diretiva 2013/34/UE Síntese das opções concedidas aos EM	Impacto no alinhamento de políticas e critérios entre empresas do Grupo
Art. 9.º - Disposições gerais relativas ao balanço e à DR Art. 10.º- Apresentação do balanço Art. 11.º- Apresentação alternativa do balanço Art. 13.º- Apresentação da DR	
<p>Art. 9.º Art. 10.º Art. 11.º Art. 13.º</p> <p>Autorizar ou exigir a alteração das estruturas previstas na Diretiva para o balanço e para a DR, dentro de certos limites.</p> <p>Art. 9.º, n.º 7. ...</p> <p>Autorizar ou exigir a aplicação do MEP nas DF anuais.</p>	<p>Verificar se algum EM exige estruturas do balanço ou da DR inconsistentes com as utilizadas pelo Grupo nas contas consolidadas. Em caso afirmativo, será necessário proceder a reclassificações.</p> <p>Verificar se algum EM exige a aplicação do MEP nas DF anuais em moldes diferentes do estabelecido nas IAS/IFRS para contas consolidadas, o que implicaria reclassificações/ajustamentos (designadamente quanto à eliminação de transações ascendentes e descendentes; e, apresentação e amortização do trespasse).</p>
Art. 12.º - Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço	
<p>6.a) ...</p> <p>Autorizar ou exigir que os investimentos financeiros sejam mensurados pelo valor mais baixo que se lhes atribua à data do balanço...</p> <p>Esta mensuração não pode ser mantida se deixarem de ser aplicáveis as razões que motivaram os ajustamentos de valor.</p> <p>8. ...</p> <p>Autorizar ou exigir a capitalização de juros nos “custos de produção”.</p>	<p>Verificar se ao abrigo desta disposição são revertidas perdas por imparidade em ICP não cotados e cujo JV não pode ser fiavelmente mensurado, o que, sendo contrário às políticas do Grupo, implicaria ajustamentos/reclassificações no sentido de anular tais reversões.</p> <p>Verificar se a política de capitalização de juros é aplicada de forma consistente por todas as empresas do Grupo, já que a formulação apresentada pela Diretiva parece ter um âmbito mais limitado que o estabelecido nas IAS/IFRS (apenas admite capitalização de custos de empréstimos destinados a financiar “a produção de ativos”). Em caso de discrepâncias, serão necessários ajustamentos/reclassificações.</p>

Tabela 19 - Impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas do Grupo X (cont.)

Diretiva 2013/34/UE Síntese das opções concedidas aos EM	Impacto no alinhamento de políticas e critérios entre empresas do Grupo
Art. 12.º - Disposições especiais relativas a certas rubricas do balanço (cont.)	
<p>9. ...</p> <p>Autorizar Custo médio ponderado, FIFO, LIFO ou “outro método que siga as melhores práticas geralmente aceites”.</p>	<p>Não é expectável impacto, dado que as filiais não são obrigadas a adotar critério diferente do usado pelo Grupo (CMP).</p>
<p>10. ...</p> <p>Autorizar ou exigir que a diferença entre o montante a reembolsar das dívidas e o montante recebido seja levada ao ativo e amortizada por “montantes anuais razoáveis”.</p>	<p>Verificar se os critérios de mensuração de empréstimos obtidos são aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo, já que a Diretiva, sem estabelecer uma formulação precisa, deixa em aberto a possibilidade de aplicação do método da taxa de juro efetiva (política do Grupo). Em caso de discrepâncias, serão necessários ajustamentos/reclassificações.</p>
<p>11. ...</p> <p>Estabelecer prazo máximo (entre 5 a 10 anos) para a amortização de trespasse e despesas de desenvolvimento cuja vida útil não possa ser estimada fiavelmente.</p>	<p>A política do Grupo consiste em não amortizar ativos intangíveis com vida útil indefinida e (<i>goodwill</i> e marcas), mas sujeitá-los a testes anuais de imparidade, pelo que são necessários ajustamentos/reclassificações.</p>
<p>11. ...</p> <p>Autorizar a inclusão de despesas de desenvolvimento no ativo.</p>	<p>Verificar se os critérios de capitalização de despesas de desenvolvimento são aplicados de forma consistente por todas as empresas do Grupo, já que a Diretiva, sem estabelecer os requisitos necessários, deixa em aberto a possibilidade de reconhecimento no ativo. Em caso de discrepâncias, são necessários ajustamentos/reclassificações.</p>
<p>11. ...</p> <p>Autorizar a inclusão de despesas de constituição no ativo.</p>	<p>A política do Grupo consiste em reconhecer as despesas de constituição como gastos do período em que ocorrem, pelo que são necessários ajustamentos/reclassificações.</p>

Tabela 19 - Impacto da Diretiva 2013/34/UE no processo de consolidação de contas do Grupo X (cont.)

Capítulo 4

Conclusões, limitações do estudo e sugestões para investigação futura

A Nova Diretiva da Contabilidade surge como um instrumento de harmonização contabilística na UE, tendo como principais objetivos: i) reduzir o nível de burocracia, diminuir os encargos administrativos e simplificar os procedimentos para as pequenas empresas; ii) coordenar o direito nacional a fim de alcançar os objetivos de comparabilidade e de equivalência da informação financeira no interior da UE.

Porém, tal como as diretivas contabilísticas anteriores, a nova Diretiva concede aos EM um vasto leque de opções (mais de 90, segundo Silva (2014)), sendo expectável que a transposição para os diversos normativos locais conduza a um agravamento das divergências entre EM, designadamente, no que respeita àquelas soluções contabilísticas caídas em desuso com a adoção das IAS/IFRS e retomadas, agora, na nova Diretiva (tal como, amortização do *goodwill* e de ativos intangíveis com vida útil indefinida; reconhecimento de despesas de constituição como ativo; apresentação de ações ou quotas próprias e de capital subscrito e não realizado, no ativo; utilização do LIFO no custeio de inventários).

Acresce, ainda, que a Diretiva se afasta da terminologia das IAS/IFRS, introduzindo uma série de expressões (responsabilidades previsíveis; mercado fiável; ajustamentos de valor; amortização por montantes razoáveis;...) que, não sendo coincidentes com os conceitos utilizados pelas normas internacionais de contabilidade e, não estando claramente definidas na Diretiva, deixam um

elevado grau de discricionariedade, quer na transposição para a legislação interna de cada EM, quer na sua posterior aplicação prática pelas empresas.

De assinalar a este propósito que a harmonização contabilística entre EM é um processo complexo, cujo resultado é condicionado por factores culturais e institucionais. Como ilustram Barbu *et al.* (2014) e Nobes (2006), mesmo adotando um único referencial contabilístico (IAS/IFRS), não é seguro que se verifique a harmonização das práticas, pois a interpretação e aplicação das IAS/IFRS diverge entre (empresas de diferentes) EM, seja por inércia, seja porque a interpretação é sempre condicionada por práticas passadas, formatadas à luz das anteriores legislações nacionais. Assim, é expectável que, no processo de transposição para o direito interno, cada EM tenda a privilegiar as soluções que se mais se identificam com os anteriores normativos locais.

Em síntese, não obstante pretender coordenar a legislação nacional para alcançar a comparabilidade da informação, a Diretiva representa um retrocesso na harmonização contabilística antes iniciada com a adoção das IAS/IFRS, e não promove a qualidade e comparabilidade das DF no interior da UE (Correia, 2013; Basto, 2014; Carvalho, 2015).

A flexibilidade concedida aos EM tem, naturalmente, implicações para o Grupo em análise, que apresenta contas consolidadas em IAS/IFRS e cujas filiais elaboram as contas individuais em normativos locais. Como evidencia a tabela 19 (pág. 70-73), a Diretiva introduz uma complexidade acrescida nos procedimentos de consolidação que se manifesta em três vertentes distintas:

- Nas matérias em que a Diretiva exige a aplicação de políticas contabilísticas divergentes das IAS/IFRS, como é o caso da amortização do *goodwill* e de ativos intangíveis com vida útil indefinida (Art. 12.º, n.º 11),

o Grupo terá obrigatoriamente de efetuar ajustamentos/reclassificações nas contas individuais, por forma a garantir a homogeneidade entre as empresas incluídas na consolidação.

- Nas matérias em que a Diretiva concede aos EM a possibilidade de autorizar ou exigir determinadas soluções (como é o caso da aplicação do modelo de revalorização a ativos fixos ou do modelo do JV a instrumentos financeiros ou a outros ativos a designar pelos EM), a forma como essas opções vierem a ser exercidas pelos diversos EM determinará, ou não, a necessidade de ajustamentos/reclassificações adicionais nas contas individuais.
- Por fim, a consagração de princípios gerais de relato financeiro não condicentes com as IAS/IFRS, a possibilidade de derrogação do princípio da substância sobre a forma e a introdução de conceitos ambíguos (Correia, 2013; Trabucho, 2014), que nem fazem parte do glossário das IAS/IFRS nem se encontram claramente definidos na Diretiva, obrigará a um esforço acrescido para assegurar a homogeneidade entre as empresas do Grupo, em especial no que respeita à interpretação e aplicação das disposições mais difusas, que transitem da Diretiva para a legislação local.

A flexibilidade da Diretiva implica, assim, um esforço acrescido por parte do Grupo X, para manter o alinhamento de políticas contabilísticas e de critérios de mensuração entre as empresas do Grupo. Não obstante a Diretiva pretender alcançar a equivalência da informação financeira no interior da UE, a discricionariedade que concede aos EM e a mudança de paradigma quanto aos princípios gerais de relato financeiro, requerem não só ajustamentos e reclassificações adicionais, mas também uma maior vigilância quanto à interpretação e aplicação das normas. Nessa medida, a Diretiva acaba por não se

traduzir numa simplificação de processos e procedimentos contabilísticos, contrariamente aos objetivos enunciados.

Como afirma Correia (2013, p. 54), “... a nova Diretiva aparece muito pouco atenta às terminologias e conceitos oriundos do IAS... sem qualquer adaptação decorrente da filosofia IAS/IFRS. Não é evidente na Diretiva qualquer preocupação em harmonizar práticas contabilísticas. A grande preocupação na Diretiva vai mesmo para as pequenas empresas...”, não tendo, obviamente, em consideração os grupos com filiais localizadas em diferentes áreas geográficas.

Esta análise deve ser encarada como um estudo preliminar, limitado, entre outros factores, pela curta duração do estágio. Os sete meses foram um período escasso para conhecer bem os procedimentos contabilísticos e o processo de consolidação de contas do Grupo X, o que dificultou a realização deste relatório.

Finalmente, este estudo não considera a forma como a transposição da Diretiva foi efetivamente realizada em cada EM. Essa tarefa não seria exequível em tempo útil, face ao prazo de entrega do trabalho. O objetivo do estudo tem um carácter mais genérico, mas também mais abrangente, na medida em que assinala quais os tópicos que, face às opções concedidas aos EM, poderão representar, agora, ou em revisões subsequentes dos normativos nacionais, um esforço acrescido para a consolidação de contas. Porém, a forma como a transposição foi efetuada é uma matéria que julgamos de interesse aprofundar, não só para conhecer o impacto efetivo no processo de consolidação de contas do Grupo X, mas também para avaliar em que medida a Diretiva afetou o processo de harmonização contabilística no interior da UE.

Bibliografia

Almeida, C. (2010). Impacto do Regulamento 1606/2002: Evolução da 4ª Directiva e sua aplicação. Dissertação de Mestrado. *Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro*.

Amaral, C. (2001). Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Actuais. *Gestão e Desenvolvimento*, 10: 33-58.

Barbu, E., P. Dumontier, N. Feleagă, & L. Feleagă (2014). Mandatory Environmental Disclosures by Companies Complying with IASs/IFRSs: The Cases of France, Germany, and the UK. *The International Journal of Accounting*, 49 (2), 231-247.

Basto, E. L. (2014). A nova diretiva europeia da Contabilidade e as suas repercussões. *Revista TOC*, 171: 54-56.

Carvalho, C. (2015). A Diretiva 2013/34/U.E.: principais alterações e previsíveis impactos da sua transposição. Dissertação de Mestrado. *Instituto Politécnico de Bragança*.

Correia, M. L. A. (2013). Publicada finalmente a nova diretiva da contabilidade. *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, 61: 46-54.

CE (1995). Harmonização Contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional. *COM 95 (508)*. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

— (2003). Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta

Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1977, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

— (2005). Aplicar o Programa Comunitário de Lisboa – Modernizar a política das PME para o crescimento e emprego. *COM (2005) 551*. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

— (2008). «Think Small First» - Um «Small Business Act» para a Europa. *COM (2008) 394*. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

— (2010). Regulamentação inteligente na União Europeia. *COM (2010) 543*. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

— (2015). Programa «Legislar Melhor»: Reforçar a transparência e o controlo, para legislar melhor a nível da UE. *Comunicado de Imprensa*. Bruxelas: Comissão Europeia (CE).

EFAA (2014). Implementing the New European Accounting Directive – Making the right choices. Bruxelas: European Federation of Accounts and Auditors for SMES (EFAA).

Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). *Competing paradigms in qualitative research In Denzin, N. e Lincoln, Y (1994). Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Haller, A. (2002). Financial accounting developments in the European Union: past events and future prospects. *The European Accounting Review*, 11 (1):153-190.

IASB (2002). FASB and IASB Agree to Work Together Toward Convergence of Global Accounting Standards, The Norwalk Agreement, 29 October 2002. London: International Accounting Standards Board (IASB). Disponível em <http://www.fasb.org/news/nr102902.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

Lopes, C. A. R. (2011). *Consolidação de Contas – De acordo com o SNC e Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS)* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Lopes, C. A. R. (2014). A nova diretiva 2013/34/UE, as IAS/IFRS e o SNC: procedimentos comparativos na valorização e contabilização. *Revista TOC*, 173: 67-71.

Merriam, D. (1998). *Qualitative research and case studies applications in education*. Revised and Expanded from Case Study Research in Education, San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

Nobes, C. (2006). The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. *Accounting and Business Research*, 36 (3): 233-245.

Nobes, C. & Parker, R. (2008). *Comparative International Accounting* (10th ed.). Harlow: Prentice Hall.

Pires, R., Santos, A., Fernandes, R. & Morgado, C. (2007). Normalização Contabilística em Portugal: Situação Actual e Futura. *XIV Congresso AECA “Empresa y Sociedad: respondiendo al cambio”*, Valencia, 19 a 21 de Septiembre de 2007.

Pocrnjic, D. & Pervan, I. (2013). *Financial Reporting Harmonization – Measurement Models. Recent Researches in Applied Economics and Management*, 1: 290-296.

Reis, D. (2009). O Regulamento (CE) nº1606/2002: Os Antecedentes da Evolução das Directivas Bancária e Seguradora. Dissertação de Mestrado. *Universidade de Aveiro – Instituto Superior Contabilidade e Administração*.

Rodrigues, J. A. (2005). *Práticas de Consolidação de Contas* (3ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.

SEC (2007). Concept Release on Allowing U.S. Issuers to Prepare Financial Statements in Accordance with International Financial Reporting Standards. Washington, DC: US Securities and Exchange Commission (SEC).

Silva, T. (2014). Diretiva 2013/34/UE: Principais Implicações na Contabilidade e Auditoria. Dissertação de Mestrado. *Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto*.

Tavares, A. (2015). O processo de normalização contabilística na União Europeia. *Revista TOC*, 182: 50-53.

Trabucho, P. S. (2014). Relato financeiro em Portugal e a nova diretiva da contabilidade: baralhar e dar de novo?. *Revista TOC*, 171: 65-69.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2nd ed.) Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Legislação consultada

Quarta Diretiva do Conselho (78/660/CEE), de 25 de julho de 1978, baseada no artigo 54.º, n.º 3, alínea g), do Tratado, e relativa às contas anuais, de certas formas de sociedades. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. JO L 222/11, pp. 55-73.

Sétima Diretiva do Conselho (83/349/CEE), de 13 de junho de 1983, baseada no n.º 3, alínea g), do artigo 54.º do Tratado e relativa às contas consolidadas. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. JO L 193/1, pp. 119-135.

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. JO L 243, pp. 1-4.

Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro de 2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. JO L 320, pp. 1-475.

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 182, pp. 19-76.